

**RTN**  
**2019**

Outubro

# Resultado do **Tesouro Nacional**

Boletim – Vol. 25, N.10



**Ministro da Economia**

Paulo Roberto Nunes Guedes

**Secretário-Executivo do Ministério da Economia**

Marcelo Pacheco dos Guaranys

**Secretário Especial da Fazenda**

Waldery Rodrigues Júnior

**Secretário do Tesouro Nacional**

Mansueto Facundo de Almeida Junior

**Secretário Adjunto do Tesouro Nacional**

Otávio Ladeira de Medeiros

**Subsecretários**

Adriano Pereira de Paula

Gildenora Batista Dantas Milhomem

José Franco Medeiros de Morais

Pedro Jucá Maciel

Pricilla Maria Santana

**Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais**

Rafael Cavalcanti de Araújo

**Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais**

Alex Pereira Benício

**Equipe Técnica**

Artur Henrique da Silva Santos

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Cardoso Ferraz

Gabriel Gdalevici Junqueira

Guilherme Ceccato

Karla de Lima Rocha

Luciana de Almeida Toldo

Marcus Vinicius Magalhães de Lima

---

**Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)**

**Telefone:** (61) 3412-1843

**E-mail:** [ascom@tesouro.gov.br](mailto:ascom@tesouro.gov.br)

**Disponível em:** [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)

---

*O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.*

*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 25, n. 10 (Outubro, 2019). –

Brasília: STN, 1995\_.

Mensal.

**Continuação de:** Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005



## Introdução – Guia de Leitura

Com vistas a oferecer à sociedade informações mais claras e objetivas, está sendo apresentado o boletim Resultado do Tesouro Nacional em novo formato. A diretriz principal foi alterar estruturas e eliminar informações redundantes a fim de proporcionar maior agilidade na localização dos conteúdos buscados. Não houve nenhuma alteração metodológica nos indicadores fiscais apresentados no boletim.

A principal alteração foi apresentar apenas uma tabela abrangente para cada período de comparação, acompanhada de notas explicativas sobre as variações mais relevantes identificadas a cada período. Quando necessário para auxiliar no esclarecimento, podem ser apresentadas tabelas complementares.

Para as notas explicativas foi criada uma escala de cor de acordo com o impacto real da variação da rubrica sobre o resultado. A cor azul indica impacto superavitário (aumento de receitas ou redução de transferências/despesas) enquanto a vermelha indica impacto deficitário (redução de receitas ou aumento de transferências/despesas). A intensidade da cor está associada ao impacto absoluto da variação da rubrica entre os períodos comparados.

Para promover a análise integrada da programação financeira com sua execução, foi criada seção específica (*“Acompanhamento da Programação Orçamentária-Financeira do Governo Central”*), a qual apresenta uma comparação do resultado primário do Governo Central realizado até o mês com a programação orçamentária-financeira anual.

Para facilitar a navegação de leitura no relatório, algumas informações saíram dos anexos e continuarão sendo disponibilizadas apenas na planilha de série histórica disponível no site. São elas:

- Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central;
- Dívida Líquida do Tesouro Nacional;
- Receita Administrada pela RFB – Valores Brutos;

**A planilha de séries históricas está disponível nos seguintes links:**

<http://tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/resultado-do-tesouro-nacional>

<http://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estatisticas-fiscais-e-transparencia/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>

Na mesma linha de modificação, foi descontinuada no anexo do RTN a publicação do Boletim FPM/FPE/IPI-Exportação, o qual continuará sendo publicado na página web de transferências legais e constituições, a qual – vale destacar – disponibiliza um rico conjunto de outras informações complementares sobre o assunto. **Segue abaixo o link:**

<http://tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/transferencias-constitucionais-e-legais>

Também foram retiradas do anexo as tabelas a preços constantes, as quais continuarão disponíveis na planilha de séries históricas. Não obstante, todas as tabelas do corpo e do anexo do relatório passam a apresentar taxas de variação real<sup>1</sup>, além das variações em unidades monetárias e taxas de variação a preços correntes, de modo a continuar permitindo a compreensão da dinâmica real dos indicadores fiscais. O critério de escolha das rubricas que terão notas explicativas a cada edição do boletim baseia-se na relevância do impacto fiscal real da sua variação.

---

<sup>1</sup> Variação corrente descontada da inflação medida pelo IPCA.



Ressaltamos ainda a disponibilidade dos dados do boletim RTN por meio do sistema de Séries Temporais, o qual contém ferramentas interativas que permitem a visualização e edição dos dados, como geração de números índices e taxas de variação. **Segue o link:**

<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/series-temporais-do-tesouro-nacional>

Boa leitura!



## Panorama Geral do Resultado do Governo Central

### Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

R\$ milhões - a preços correntes

Discriminação	Outubro		Variação (2019/2018)		
	2018	2019	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
<b>I. Receita Total</b>	132.018,2	134.798,6	2.780,4	2,1%	-0,4%
<b>II. Transf. por Repartição de Receita</b>	17.193,2	18.178,1	985,0	5,7%	3,1%
<b>III. Receita Líquida (I-II)</b>	114.825,1	116.620,5	1.795,4	1,6%	-0,9%
<b>IV. Despesa Total</b>	105.316,3	107.947,0	2.630,7	2,5%	0,0%
<b>V. Fundo Soberano do Brasil - FSB</b>	0,0	0,0	0,0	-	-
<b>VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)</b>	9.508,7	8.673,4	-835,3	-8,8%	-11,0%
Tesouro Nacional e Banco Central	22.729,6	23.308,2	578,6	2,5%	6,5%
Previdência Social (RGPS)	-13.220,8	-14.634,8	-1.413,9	10,7%	88,7%
<b>Memorando:</b>					
Resultado do Tesouro Nacional	23.085,8	23.383,1	297,4	1,3%	-8,3%
Resultado do Banco Central	-356,2	-75,0	281,2	-79,0%	-79,5%
Resultado da Previdência Social	-13.220,8	-14.634,8	-1.413,9	10,7%	88,7%

Em outubro de 2019, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 8,7 bilhões contra superávit de R\$ 9,5 bilhões em outubro de 2018. Essa piora é explicada pela redução real da receita líquida de R\$ 1,1 bilhão (0,9%) em comparação a evolução real estável da despesa total (redução de R\$ 39,1 milhões / 0,0%).

## Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês – Notas Explicativas

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Nota	Outubro		Variação Nominal		Variação Real	
		2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. RECEITA TOTAL</b>		<b>132.018,2</b>	<b>134.798,6</b>	<b>2.780,4</b>	<b>2,1%</b>	<b>-566,3</b>	<b>-0,4%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>		<b>79.177,2</b>	<b>80.583,1</b>	<b>1.405,8</b>	<b>1,8%</b>	<b>-601,3</b>	<b>-0,7%</b>
I.1.1 Imposto de Importação		3.944,2	4.236,3	292,1	7,4%	192,1	4,8%
I.1.2 IPI		4.821,8	4.444,2	-377,6	-7,8%	-499,9	-10,1%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	1	29.631,0	33.896,3	4.265,3	14,4%	3.514,2	11,6%
I.1.4 IOF		3.023,0	3.325,9	302,8	10,0%	226,2	7,3%
I.1.5 COFINS	2	22.500,8	20.043,3	-2.457,5	-10,9%	-3.027,9	-13,1%
I.1.6 PIS/PASEP		5.615,3	5.301,2	-314,2	-5,6%	-456,5	-7,9%
I.1.7 CSLL	3	7.290,3	8.948,1	1.657,8	22,7%	1.473,0	19,7%
I.1.8 CIDE Combustíveis		230,7	243,9	13,2	5,7%	7,3	3,1%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	4	2.120,0	143,9	-1.976,1	-93,2%	-2.029,9	-93,4%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>		<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	5	<b>32.038,8</b>	<b>33.947,1</b>	<b>1.908,3</b>	<b>6,0%</b>	<b>1.096,1</b>	<b>3,3%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>		<b>20.802,2</b>	<b>20.268,4</b>	<b>-533,8</b>	<b>-2,6%</b>	<b>-1.061,1</b>	<b>-5,0%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	6	1.655,1	206,4	-1.448,7	-87,5%	-1.490,7	-87,8%
I.4.2 Dividendos e Participações	7	95,2	2.351,7	2.256,4	-	2.254,0	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.045,8	1.030,5	-15,3	-1,5%	-41,8	-3,9%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	8	11.732,6	10.386,6	-1.345,9	-11,5%	-1.643,4	-13,7%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.355,3	1.308,3	-47,0	-3,5%	-81,4	-5,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação		1.604,3	1.699,8	95,5	6,0%	54,8	3,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		377,8	409,1	31,3	8,3%	21,7	5,6%
I.4.8 Operações com Ativos		87,3	88,1	0,8	0,9%	-1,4	-1,6%
I.4.9 Demais Receitas		2.848,9	2.788,1	-60,8	-2,1%	-133,0	-4,6%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>		<b>17.193,2</b>	<b>18.178,1</b>	<b>985,0</b>	<b>5,7%</b>	<b>549,1</b>	<b>3,1%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>		<b>12.763,6</b>	<b>13.153,6</b>	<b>390,1</b>	<b>3,1%</b>	<b>66,5</b>	<b>0,5%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>		<b>723,8</b>	<b>792,3</b>	<b>68,5</b>	<b>9,5%</b>	<b>50,2</b>	<b>6,8%</b>
II.2.1 Repasse Total		905,6	1.001,1	95,4	10,5%	72,5	7,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos		-181,8	-208,8	-26,9	14,8%	-22,3	12,0%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>		<b>983,6</b>	<b>939,1</b>	<b>-44,5</b>	<b>-4,5%</b>	<b>-69,4</b>	<b>-6,9%</b>
<b>II.4 Exploração de Recursos Naturais</b>		<b>1.709,7</b>	<b>2.294,8</b>	<b>585,1</b>	<b>34,2%</b>	<b>541,7</b>	<b>30,9%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>		<b>187,6</b>	<b>193,6</b>	<b>6,0</b>	<b>3,2%</b>	<b>1,3</b>	<b>0,7%</b>
<b>II.6 Demais</b>		<b>824,9</b>	<b>804,7</b>	<b>-20,2</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-41,1</b>	<b>-4,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>		<b>114.825,1</b>	<b>116.620,5</b>	<b>1.795,4</b>	<b>1,6%</b>	<b>-1.115,4</b>	<b>-0,9%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>		<b>105.316,3</b>	<b>107.947,0</b>	<b>2.630,7</b>	<b>2,5%</b>	<b>-39,1</b>	<b>0,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	9	<b>45.259,6</b>	<b>48.581,8</b>	<b>3.322,3</b>	<b>7,3%</b>	<b>2.174,9</b>	<b>4,7%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>		<b>22.585,6</b>	<b>23.719,1</b>	<b>1.133,5</b>	<b>5,0%</b>	<b>561,0</b>	<b>2,4%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>		<b>14.393,6</b>	<b>13.528,3</b>	<b>-865,3</b>	<b>-6,0%</b>	<b>-1.230,1</b>	<b>-8,3%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego		4.492,9	4.709,5	216,6	4,8%	102,7	2,2%
IV.3.2 Anistiados		12,1	12,0	-0,1	-0,7%	-0,4	-3,2%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		52,8	54,2	1,4	2,6%	0,0	0,0%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		4.706,2	5.015,9	309,7	6,6%	190,4	3,9%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		377,8	409,1	31,3	8,3%	21,7	5,6%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)		116,5	150,1	33,5	28,8%	30,6	25,6%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		1.065,2	631,5	-433,6	-40,7%	-460,6	-42,2%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		105,3	109,3	4,0	3,8%	1,4	1,3%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		963,9	1.016,2	52,2	5,4%	27,8	2,8%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		145,1	185,7	40,6	28,0%	36,9	24,8%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		1.201,0	925,3	-275,6	-23,0%	-306,1	-24,9%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX		159,2	0,0	-159,2	-100,0%	-163,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		158,2	230,5	72,2	45,7%	68,2	42,1%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		570,283	57,4	-512,9	-89,9%	-527,3	-90,2%
IV.3.16 Transferências ANA		29,2	30,8	1,6	5,5%	0,9	2,9%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL		137,2	61,5	-75,6	-55,1%	-79,1	-56,2%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES		100,7	-70,7	-171,4	-	-174,0	-
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>		<b>23.077,6</b>	<b>22.117,8</b>	<b>-959,8</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-1.544,8</b>	<b>-6,5%</b>
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		11.702,7	12.154,4	451,7	3,9%	155,1	1,3%
IV.4.2 Discricionárias	10	11.374,9	9.963,4	-1.411,5	-12,4%	-1.699,9	-14,6%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>		<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>		<b>9.508,7</b>	<b>8.673,4</b>	<b>-835,3</b>	<b>-8,8%</b>	<b>-1.076,4</b>	<b>-11,0%</b>



**Nota 1 - Imposto sobre a Renda (+R\$ 3.514,2 milhões / +11,6 %):** resultado principalmente da elevação de R\$ 3.232,4 milhões (+24,9%) no IRPJ fruto do aumento real de 22,27% na arrecadação relativa ao balanço trimestral e de 7,36% no lucro presumido.

**Nota 2 – COFINS (-R\$ 3.027,9 milhões / -13,1%):** influenciou a arrecadação negativamente a mudança de sistemática nas compensações tributárias definidas na Lei nº 13.670 de 30 de maio de 2018 que permite compensações cruzadas entre tributos não previdenciários e previdenciários.

**Nota 3 - CSLL (+R\$ 1.473,0 milhões / +19,7%):** mesma explicação do IRPJ, ver Nota 1.

**Nota 4 - Outras Administradas pela RFB (-R\$ 2.029,9 milhões / -93,4%):** efeito devido a reclassificação de parcelamentos em outubro de 2018 sem contrapartida em outubro de 2019.

**Nota 5 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 1.096,1 milhões / +3,3%):** efeito combinado do (i) crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18; e (ii) um saldo positivo de 157.213 para o mês de setembro de 2019 (CAGED/MTE).

**Nota 6 - Concessões e Permissões (-R\$ 1.490,7 milhões / -87,8%):** redução decorrente de recebimentos da ordem de R\$ 1,4 bilhão associados à 4ª rodada de partilha de petróleo em outubro de 2018 sem contrapartida em outubro de 2019.

**Nota 7 - Dividendos de Participações (R\$ 2.254,0 milhões):** Decorrente principalmente da distribuição de dividendos do BNDES (R\$ 1.459,7 milhões) e da Petrobrás (R\$ 748,1 milhões) em outubro de 2019 sem contrapartida em 2018.

**Nota 8 - Exploração de Recursos Naturais (-R\$ 1.643,4 milhões/ -13,7%):** devido ao efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção.

**Nota 9 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 2.174,9 milhões / +4,7%):** crescimento de 563,8 mil (1,9%) no número benefícios emitidos parcialmente compensado pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 28,67 (2,1%).

**Nota 10 – Discricionárias (-R\$ 1.699,9 milhões / -14,6%):** houve redução na execução e despesas discricionárias da maioria das funções parcialmente compensadas pela elevação de R\$ 482,7 milhões (54,5%) na função defesa.



## Panorama Geral do Resultado do Governo Central – Acumulado no Ano

R\$ milhões - a preços correntes

Discriminação	Jan-Out		Variação (2019/2018)		
	2018	2019	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
<b>I. Receita Total</b>	1.215.429,3	1.274.424,5	58.995,2	4,9%	1,1%
<b>II. Transf. por Repartição de Receita</b>	203.963,0	221.798,1	17.835,2	8,7%	4,8%
<b>III. Receita Líquida (I-II)</b>	1.011.466,4	1.052.626,4	41.160,0	4,1%	0,3%
<b>IV. Despesa Total</b>	1.087.743,2	1.116.474,6	28.731,5	2,6%	-1,0%
<b>V. Fundo Soberano do Brasil - FSB</b>	4.021,0	0,0	-4.021,0	-	-
<b>VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)</b>	-72.255,8	-63.848,3	8.407,5	-11,6%	-14,8%
Tesouro Nacional e Banco Central	96.080,0	116.039,4	19.959,4	20,8%	16,4%
Previdência Social (RGPS)	-168.335,8	-179.887,7	-11.551,8	6,9%	3,1%
<b>VII. Resultado Primário/PIB</b>	-1,3%	-1,1%	-	-	-
<b>Memorando:</b>					
Resultado do Tesouro Nacional	96.940,4	116.495,2	19.554,8	20,2%	15,8%
Resultado do Banco Central	-860,4	-455,8	404,6	-47,0%	-49,0%
Resultado da Previdência Social	-168.335,8	-179.887,7	-11.551,8	6,9%	3,1%

Fonte: Tesouro Nacional

Comparativamente ao acumulado até outubro, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 72,3 bilhões em 2018 para déficit de R\$ 63,8 bilhões em 2019. A redução real do déficit primário no acumulado até outubro deste ano ante o mesmo período do ano passado decorreu principalmente da diminuição das despesas discricionárias, que até outubro de 2019 foram R\$ 16,7 bilhões inferiores às do mesmo período de 2018. Já a receita líquida anotou elevação real de R\$ 3,5 bilhões.

## Resultado Primário do Governo Central Acumulado – Notas Explicativas

Discriminação	Nota	Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real	
		2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
		R\$ Milhões - A Preços Correntes					
<b>I. RECEITA TOTAL</b>		<b>1.215.429,3</b>	<b>1.274.424,5</b>	<b>58.995,2</b>	<b>4,9%</b>	<b>13.755,9</b>	<b>1,1%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>		<b>753.085,8</b>	<b>785.928,3</b>	<b>32.842,5</b>	<b>4,4%</b>	<b>4.656,9</b>	<b>0,6%</b>
I.1.1 Imposto de Importação		34.462,1	36.106,1	1.644,0	4,8%	392,2	1,1%
I.1.2 IPI	1	45.747,8	43.563,1	-2.184,7	-4,8%	-3.927,9	-8,2%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	2	297.731,3	328.577,5	30.846,2	10,4%	19.732,6	6,3%
I.1.4 IOF		30.207,8	33.163,0	2.955,2	9,8%	1.839,8	5,8%
I.1.5 COFINS	3	206.873,7	197.040,4	-9.833,3	-4,8%	-17.654,4	-8,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4	54.516,4	53.865,9	-650,5	-1,2%	-2.707,7	-4,8%
I.1.7 CSLL		67.924,2	72.928,6	5.004,4	7,4%	2.467,3	3,5%
I.1.8 CIDE Combustíveis		3.444,8	2.325,1	-1.119,7	-32,5%	-1.267,6	-35,1%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	5	12.177,8	18.358,8	6.181,0	50,8%	5.782,7	45,5%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>		<b>-12,2</b>	<b>-47,8</b>	<b>-35,6</b>	<b>293,3%</b>	<b>-35,3</b>	<b>279,9%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	6	<b>305.749,0</b>	<b>326.376,6</b>	<b>20.627,6</b>	<b>6,7%</b>	<b>9.310,3</b>	<b>2,9%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>		<b>156.606,7</b>	<b>162.167,4</b>	<b>5.560,7</b>	<b>3,6%</b>	<b>-176,0</b>	<b>-0,1%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	7	14.799,2	8.331,7	-6.467,5	-43,7%	-6.955,2	-45,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	8	6.484,9	14.966,4	8.481,5	130,8%	8.216,7	120,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		10.610,4	10.711,9	101,4	1,0%	-296,7	-2,7%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	9	53.706,7	58.823,5	5.116,7	9,5%	3.274,1	5,9%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		12.259,5	13.179,3	919,8	7,5%	479,9	3,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação		18.087,9	17.617,5	-470,4	-2,6%	-1.154,9	-6,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		4.232,5	4.646,8	414,3	9,8%	256,3	5,8%
I.4.8 Operações com Ativos		928,7	948,6	19,9	2,1%	-14,6	-1,5%
I.4.9 Demais Receitas	10	35.496,8	32.941,8	-2.554,9	-7,2%	-3.981,6	-10,7%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>		<b>203.963,0</b>	<b>221.798,1</b>	<b>17.835,2</b>	<b>8,7%</b>	<b>10.244,8</b>	<b>4,8%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	11	<b>157.124,3</b>	<b>170.209,4</b>	<b>13.085,1</b>	<b>8,3%</b>	<b>7.211,8</b>	<b>4,4%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>		<b>6.876,0</b>	<b>8.049,5</b>	<b>1.173,5</b>	<b>17,1%</b>	<b>925,4</b>	<b>12,9%</b>
II.2.1 Repasse Total		10.123,6	11.012,4	888,8	8,8%	504,3	4,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos		-3.247,6	-2.962,9	284,7	-8,8%	421,1	-12,4%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>		<b>10.392,9</b>	<b>10.373,2</b>	<b>-19,6</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-410,4</b>	<b>-3,8%</b>
<b>II.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	12	<b>26.953,7</b>	<b>31.118,5</b>	<b>4.164,8</b>	<b>15,5%</b>	<b>3.181,0</b>	<b>11,3%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>		<b>1.356,8</b>	<b>820,8</b>	<b>-535,9</b>	<b>-39,5%</b>	<b>-593,4</b>	<b>-41,8%</b>
<b>II.6 Demais</b>		<b>1.259,4</b>	<b>1.226,8</b>	<b>-32,6</b>	<b>-2,6%</b>	<b>-69,6</b>	<b>-5,3%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>		<b>1.011.466,4</b>	<b>1.052.626,4</b>	<b>41.160,0</b>	<b>4,1%</b>	<b>3.511,1</b>	<b>0,3%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>		<b>1.087.743,2</b>	<b>1.116.474,6</b>	<b>28.731,5</b>	<b>2,6%</b>	<b>-11.831,3</b>	<b>-1,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	13	<b>474.084,8</b>	<b>506.264,2</b>	<b>32.179,4</b>	<b>6,8%</b>	<b>14.687,3</b>	<b>3,0%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	14	<b>239.434,4</b>	<b>250.980,9</b>	<b>11.546,5</b>	<b>4,8%</b>	<b>2.630,9</b>	<b>1,1%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>		<b>168.205,4</b>	<b>164.170,5</b>	<b>-4.034,9</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-10.453,6</b>	<b>-5,9%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego		45.406,4	46.531,4	1.125,1	2,5%	-562,5	-1,2%
IV.3.2 Anistiados		138,7	131,7	-7,0	-5,0%	-12,3	-8,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		505,6	626,4	120,8	23,9%	101,9	19,3%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		46.688,7	49.611,2	2.922,5	6,3%	1.188,3	2,4%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		4.232,5	4.646,8	414,3	9,8%	261,9	5,9%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)		2.146,3	3.039,2	893,0	41,6%	871,2	39,3%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	15	11.738,1	8.821,5	-2.916,6	-24,8%	-3.391,5	-27,6%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		701,8	701,7	-0,1	0,0%	-26,4	-3,6%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		11.886,8	12.889,4	1.002,6	8,4%	559,5	4,5%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		1.246,0	1.306,6	60,6	4,9%	13,6	1,0%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	16	10.188,6	8.843,5	-1.345,1	-13,2%	-1.735,2	-16,3%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	17	1.591,7	0,0	-1.591,7	-100,0%	-1.662,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		13.530,0	14.921,3	1.391,3	10,3%	747,8	5,2%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	18	13.322,129	10.080,5	-3.241,6	-24,3%	-3.752,3	-26,9%
IV.3.16 Transferências ANA		248,3	175,3	-73,0	-29,4%	-83,2	-32,1%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL		779,1	688,6	-90,5	-11,6%	-121,6	-14,9%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES		2.139,4	1.155,3	-984,1	-46,0%	-1.075,6	-48,1%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		1.715,2	-	-1.715,2	-100,0%	-1.775,1	-100,0%
<b>IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>		<b>206.018,5</b>	<b>195.059,0</b>	<b>-10.959,5</b>	<b>-5,3%</b>	<b>-18.695,9</b>	<b>-8,7%</b>
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		111.657,0	113.844,6	2.187,5	2,0%	-1.990,4	-1,7%
IV.4.2 Discricionárias	19	94.361,5	81.214,5	-13.147,0	-13,9%	-16.705,5	-17,0%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>		<b>4.021,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-4.021,0</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-4.217,1</b>	<b>-100,0%</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>		<b>-72.255,8</b>	<b>-63.848,3</b>	<b>8.407,5</b>	<b>-11,6%</b>	<b>11.125,3</b>	<b>-14,8%</b>



**Nota 1 – IPI (-R\$ 3.927,9 milhões / -8,2%):** redução de R\$ 5.382,7 milhões em IPI-outras parcialmente compensada por elevações de menor montante em IPI-Fumo, IPI-Bebidas, IPI-Automóveis, IPI-Vinculado à importação. Esse resultado de IPI-outras decorre, em grande medida, da mudança de sistemática nas compensações tributárias definidas na Lei nº 13.670 de 30 de maio de 2018 que permite compensações cruzadas entre tributos não previdenciários e previdenciários. Essa mudança, em termos gerais, majora a receita previdenciária líquida e minora os tributos não previdenciários (ver nota 6).

**Nota 2 – Imposto sobre a Renda (+R\$ 19.732,6 milhões / +6,3%):** elevação concentrada em IRRF – Rendimentos do Trabalho (+R\$ 10,5 bilhões) aliada a ganhos expressivos em IRRF – Remessas ao Exterior (+R\$ 2,6 bilhões). Os ganhos de IRRF - Rendimentos do Trabalho refletem o crescimento dos rendimentos do trabalho assalariado e de aposentadoria dos setores público e privado. A comparação interanual é influenciada pela reclassificação de maio de 2018 que, naquela ocasião, majorou principalmente o Imposto de Renda, Cofins e PIS-PASEP.

**Nota 3 – COFINS (-R\$ 17.654,4 milhões / -8,2%):** efeito combinado da redução de alíquota do PIS/COFINS sobre o óleo diesel e da arrecadação em PERT/PRT em janeiro de 2018 sem contrapartida em 2019. A comparação interanual é influenciada pela reclassificação de maio de 2018 que, naquela ocasião, majorou principalmente o Imposto de Renda, Cofins e PIS-PASEP (ver nota 6), além da reclassificação de receitas em janeiro de 2019 (ver relatório de jan/2019).

**Nota 4 – PIS/PASEP (-R\$ 2.707,7 milhões / -4,8%):** mesma explicação da COFINS, ver Nota 3.

**Nota 5 - CSLL (+ R\$ 2.467,3 milhões / + 3,5%):** influenciado pela elevada arrecadação do PERT/PRT em 2018 e pelo incremento na arrecadação referente à estimativa mensal relativa a empresas não financeiras. Houve ainda, pagamentos atípicos por diversas empresas totalizando R\$ 13,0 bilhões no acumulado janeiro-outubro de 2019.

**Nota 6 - CIDE Combustíveis (-R\$ 1.267,5 milhões / -37,8%):** efeito da isenção da CIDE Combustíveis sobre o diesel a partir de junho de 2018.

**Nota 7 - Outras Receitas Administrada pela RFB (+R\$ 5.782,7 milhões / +45,5%):** essa elevação é decorrente principalmente da reclassificação do resíduo de estoques de parcelamentos especiais ocorrida em maio de 2018. O estoque de tributos reclassificados nessa ocasião totalizou R\$ 7,0 bilhões e foi direcionado principalmente à Cofins, Imposto de Renda, e PIS/Pasep. Apesar da reclassificação não alterar o montante da arrecadação total, ela prejudica as comparações intertemporais das rubricas dos tributos afetados.

**Nota 8 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 9.310,3 milhões / +2,9%):** elevação explicada em parte pela mudança de sistemática nas compensações tributárias definidas na Lei nº 13.670 de 30 de maio de 2018 que permite compensações cruzadas entre tributos não previdenciários e previdenciários. Além dessa mudança houve recolhimento extraordinário ocorrido em junho de 2019 de, aproximadamente, R\$ 700 milhões referentes a depósitos judiciais e em outubro de 2019 de, aproximadamente, R\$ 800 milhões. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) apresentou, até setembro de 2019, saldo positivo de 761.776 empregos.

**Nota 9 - Concessões e Permissões (-R\$ 6.955,2 milhões / -45,4%):** redução decorrente de recebimentos da ordem R\$ 7,1 bilhões associados à 15ª rodada de partilha de petróleo em agosto de 2018 sem contrapartida em 2019. Esse movimento foi parcialmente compensado pelo recebimento em maio de 2019 de R\$ 1,4 bilhão relativo à outorga de novo contrato de concessão da usina hidrelétrica Porto Primavera.

**Nota 10 – Dividendos e Participações (+R\$ 8.216,7 milhões / +120,8%):** resultante do aumento na distribuições de dividendos, principalmente, do Banco do Brasil (R\$ 1.461,8 milhões), BNDES (R\$ 3.339,7 milhões) e Caixa (R\$ 1.843,0 milhões).



**Nota 11 – Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 3.274,1 milhões / +5,9%):** além do efeito da elevação da taxa de câmbio média de janeiro a setembro entre 2018 e 2019 houve a arrecadação atípica em abril de 2019 de R\$ 1,5 bilhão decorrente da unificação da área do Parque das Baleias, na Bacia de Campos.

**Nota 12 - Demais Receitas (-R\$ 3.981,6 milhões / -10,7%):** ingresso em abril de 2018 de R\$ 1,6 bilhão de recursos da Redi-BC sem contrapartida em 2019, além de uma devolução de depósito judicial no valor de R\$ 1,6 bilhão efetuada por meio de restituição de receita em junho de 2019, em favor do Banco Central.

**Nota 13 – FPM / FPE / IPI-EE (+R\$ 7.211,8 milhões / +4,4%):** reflexo do aumento do conjunto dos tributos compartilhados (IR e IPI).

**Nota 14 - Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 3.181,0 milhões / +11,3%):** devido a fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de exploração de recursos naturais (ver Nota 9).

**Nota 15 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 14.687,3 milhões / +3,0%):** desta elevação R\$ 2,94 bilhões diz respeito ao aumento nas despesas com sentenças judiciais e precatórios. Além disto houve crescimento de 576,5 mil (2,0%) no número médio de benefícios emitidos parcialmente compensado pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 17,20 (1,2%).

**Nota 16 - Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 2.630,9 milhões / +1,1%):** reajuste de diversas categorias do funcionalismo público.

**Nota 17 - Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (-R\$ 3.391,5 milhões / -27,6%):** devido à reoneração parcial da folha (Lei 13.670/18) cujo efeito econômico começou no segundo semestre de 2018.

**Nota 18 - Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital) (-R\$ 1.735,2 milhões / -16,3%):** redução concentrada nas despesas discricionárias do Legislativo/Judiciário/MPU/DPU.

**Nota 19 - Lei Kandir e FEX (-R\$ 1.662,2):** em 2019 a Lei Kandir não foi regulamentada não havendo, portanto, transferência.

**Nota 20 – Subsídios, Subvenções e Proagro (-R\$ 3.752,2 milhões / -26,9%):** apesar da redução ser concentrada no Programa de Sustentação ao Investimento - PSI (-R\$ 1,95 bilhão) que deixou de ter novos contratos em 2015, quase todos os programas de subsídio vêm apresentando redução. Esse resultado decorre, principalmente, da redução da taxa básica de juros.

**Nota 21 – Discricionárias (-R\$ 16.705,5 milhões / -17,0%):** redução explicada pela programação orçamentária e financeira de 2019, que prevê um nível mais baixo de discricionárias do que no ano passado, além da capitalização da Emgepron em 2018. Na abertura por funções, as discricionárias com educação tiveram a maior redução (-R\$ 3,4 bilhões / -18,0%) seguidas pela função saúde (-R\$ 3,0 bilhões / -12,6%) e defesa (-R\$ 2,6 bilhões / -26,1%)

### Boxe 1 – Aspectos metodológicos das estatísticas fiscais publicadas pelo Tesouro Nacional harmonizadas com o novo padrão internacional (GFSM/MEFP 2014)

Apresentação recente do Ministério da Economia divulgou slide contendo série histórica da despesa total do governo, a qual alcançou em 2018 montante da ordem de 49% do PIB. Essa série reflete dados publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no âmbito do boletim Estatísticas Fiscais Trimestrais, com dados mais desagregados disponibilizados na forma de planilha eletrônica. As estatísticas fiscais apresentadas nesse boletim obedece marco metodológico mais avançado, para o qual o Fundo Monetário Internacional (FMI) vem promovendo a convergência dos países: o *Government Finance Statistics Manual* (GFSM 2014, ou MEFP 2014, no acrônimo em português)<sup>2</sup>. Pretende-se neste espaço destacar e discutir algumas diferenças metodológicas daquele arcabouço com o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 1986 (MEFP 1986), do FMI, que referencia as estatísticas de resultado primário do Governo Central apresentadas no boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN).

Desde 2016 a STN publica as estatísticas de finanças públicas trimestrais de Governo Geral<sup>3</sup> (governo central, estados e municípios) produzidas de acordo com o MEFP 2014. Fruto de trabalho conjunto entre STN, Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), Banco Central do Brasil (BC), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e Secretaria de Previdência (SPREV), representa iniciativa inovadora, pois promove a coordenação e cooperação entre órgãos produtores de estatísticas oficiais de governo. Esta prática é essencial para assegurar maior coerência e eficiência do sistema estatístico, e recomendada por instituições multilaterais como Organização das Nações Unidas (ONU), FMI e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além de aumentar a comparabilidade das estatísticas econômicas e a racionalização da aplicação de recursos públicos na produção das bases, a divulgação de dados de governo geral trimestrais no padrão metodológico do MEFP 2014 “posicionou o Brasil no grupo dos países mais avançados em termos de apresentação de estatísticas das finanças públicas”, de acordo com o Relatório de Transparência Fiscal do FMI (FMI, 2017)<sup>4</sup>.

Em linhas gerais, o MEFP 2014 busca criar métricas mais adequadas para a avaliação da sustentabilidade fiscal de longo prazo em contraposição ao foco na gestão de liquidez de curto prazo que prevalece no MEFP 1986. Isto porque o novo arcabouço apropria fluxos econômicos que não estão presentes no manual anterior, tais como o consumo de capital fixo e as provisões de passivo previdenciário assumido com os servidores públicos. Além disso, é harmonizado com as estatísticas de governo do Sistema de Contas Nacionais (SCN 2008), utilizadas para o cálculo do PIB.

Mais especificamente, as principais inovações metodológicas do MEFP 2014 são: (i) adoção do regime de competência como principal registro contábil; (ii) abrangência do governo geral definida de acordo com o controle das unidades institucionais. No primeiro caso, significa dizer que as despesas são contabilizadas no momento em que as obrigações são criadas, e não quando de seu pagamento. No segundo, resulta que a definição das instituições que compõem o setor governo deve ser ditada, fundamentalmente, de acordo com a possibilidade (ou não) do governo determinar as principais políticas financeiras e operacionais da entidade. As informações são construídas a partir das fontes oficiais de

<sup>2</sup> <https://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>. No sítio eletrônico da STN também está disponível o Manual de Estatísticas Fiscais, o qual detalha a aplicação do MEFP 2014 ao caso brasileiro: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/aspectos-metodologicos>.

<sup>3</sup> <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

<sup>4</sup> <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2017/05/03/Brazil-Fiscal-Transparency-Evaluation-44874>

informações<sup>5</sup> e tratadas de forma a garantir a consistência e a padronização das informações segundo os preceitos do MEFP 2014.

Em relação às diferenças metodológicas pode-se resumir da seguinte forma:

Quesito	MEFP 1986	MEFP 2014
Tipo de registro	Caixa	Competência
Integração de fluxos e estoques	Precisa de informação adicional	Integração completa
Estrutura analítica	Enfoque apenas na partida de resultado: déficit/superávit global.	Novos indicadores como o resultado operacional líquido, empréstimo/endividamento líquido, patrimônio líquido e sua variação, patrimônio líquido financeiro e sua variação, dentre outros.
Investimentos	Despesa	Os investimentos não são considerados gastos no resultado operacional porque não afetam o patrimônio líquido; o consumo de capital fixo é considerado gasto.
Abrangência do Governo Central	Orçamentário + Banco Central	Orçamentário + Extra Orçamentário (FGTS e PIS/PASEP). Não inclui Banco Central.
Previdência em regime próprio (RPPS)	Fluxo de receitas e despesas do período	Fluxo de receitas e despesas e provisão de pagamentos (contribuição imputada)
Harmonização com outros sistemas	Não há	SNA 2008, BPM6 e IPSAS

Em termos práticos, as diferenças mais significativas dos dados de despesa produzidos no marco metodológico do MEFP 2014 em relação ao MEFP 1986 são:

(i) juros brutos, com registro das despesas e receitas de juros, em oposição ao conceito de juros líquidos (despesas menos receitas) reportados no RTN;

(ii) contribuições patronais intraorçamentárias para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que não são computadas no RTN por não representarem saída de caixa, mas que pelo MEFP 2014 devem ser contabilizadas para evidenciar o custo do trabalho no setor governo. A contribuição patronal intraorçamentária é considerada para as três esferas de governo;

<sup>5</sup> Siafi e fontes complementares para governo central; Balanço Anual e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) para estados e municípios).

(iii) contribuições patronais imputadas, que representam o custo que o governo teria para financiar o passivo previdenciário assumido com os servidores públicos na ativa; e

(iv) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo remanescente do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), que devem ser contemplados no setor do governo central extraorçamentário pelo fato de serem controladas pelo governo.

A Tabela 1 ilustra numericamente as principais diferenças no âmbito da despesa entre os dois arcabouços metodológicos.

**Tabela 1. Principais diferenças na despesa entre as estatísticas produzidas de acordo com o MEFP 1986 e o MEFP 2014 – 2018 - % PIB**

	MEFP 2014	RTN (MEFP 1986)	Diferença
Juros <sup>1</sup>	9,0%	4,5%	4,5%
FGTS <sup>2</sup>	2,0%	-	2,0%
Patronal Intra <sup>3</sup>	1,2%	-	1,2%
Patronal Imputada <sup>4</sup>	1,4%	-	1,4%
<b>TOTAL</b>	<b>13,6%</b>	<b>4,5%</b>	<b>9,1%</b>

1. MEFP 2014: Governo Geral sem Banco Central. RTN: Governo Central com Banco Central.

2. Governo Central Extraorçamentário.

3. Governo Central – RPPS.

4. Governo Geral.

Fonte: STN

Finalmente, cabe destacar que a publicação concomitante das estatísticas nos termos da nova metodologia não implica mudanças nas práticas de compilação das estatísticas de finanças públicas adotadas pelo Brasil e sob a responsabilidade do Banco Central e do Tesouro Nacional, tampouco em relação à prática contábil preconizada pela Lei nº 4.320/1964 e adotada pelo governo brasileiro em todas as suas esferas. A nova metodologia permite a elaboração de estatísticas fiscais mais abrangentes, o que propicia elementos para uma análise mais ampla e detalhada da avaliação das políticas públicas e contribui para o aperfeiçoamento analítico das finanças públicas.

## Boxe 2 – Estatísticas Fiscais Trimestrais do Governo Geral: algumas observações do 1º Semestre/2019

Em outubro foi publicado o Boletim Estatísticas Fiscais Trimestrais do Governo Geral referente ao 2º trimestre de 2019. Essa publicação apresenta o Demonstrativo de Operações e o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa, conforme metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do FMI (*Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*)<sup>6</sup>. Essas estatísticas permitem análise integrada e comparada para as três esferas de governo – Governo Central, Estados e Municípios. Por se tratar de um padrão internacional, também é possível realizar comparações com outros países.

1.1. Demonstrativo de Operações - Governo Geral - % PIB		1º Semestre		Variação
		2018	2019	
<b>Transações que afetam o patrimônio líquido</b>				
<b>1</b>	<b>Receita</b>	<b>41,8%</b>	<b>42,6%</b>	<b>0,8%</b>
	<i>Receita operacional primária (1-141)</i>	<i>39,4%</i>	<i>39,9%</i>	<i>0,5%</i>
11	Impostos	25,3%	25,6%	0,3%
12	Contribuições sociais	10,7%	10,8%	0,1%
13	Transferências / Doações	0,0%	0,0%	0,0%
14	Outras receitas	5,7%	6,1%	0,4%
141	Juros	2,4%	2,7%	0,3%
142	Outros	3,4%	3,4%	0,0%
<b>2</b>	<b>Despesa</b>	<b>48,3%</b>	<b>47,4%</b>	<b>-0,8%</b>
	<i>Despesa operacional primária (2-24)</i>	<i>38,9%</i>	<i>39,1%</i>	<i>0,2%</i>
21	Remuneração de empregados	13,1%	13,2%	0,1%
22	Uso de bens e serviços	5,2%	5,1%	-0,1%
23	Consumo de capital fixo	1,6%	1,6%	0,1%
24	Juros	9,3%	8,3%	-1,0%
25	Subsídios	0,3%	0,3%	0,0%
26	Transferências / Doações	0,0%	0,0%	0,0%
27	Benefícios sociais	17,6%	17,6%	0,0%
28	Outras despesas	1,2%	1,2%	0,0%
	<i>Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	<i>-4,9%</i>	<i>-3,2%</i>	<i>1,7%</i>
	<i>Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	<i>-6,5%</i>	<i>-4,8%</i>	<i>1,6%</i>
	<i>Resultado operacional primário (1-141) - (2-24)</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,8%</i>	<i>0,3%</i>
<b>Transações com ativos não financeiros</b>				
<b>31</b>	<b>Investimento líquido em ativos não financeiros</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-0,8%</b>	<b>-0,2%</b>
31.1	Aquisição de ativos não financeiros	1,1%	0,9%	-0,1%
31.2	Alienação de ativos não financeiros	0,1%	0,1%	0,0%
31.3	Consumo de capital fixo	1,6%	1,6%	0,1%
	<i>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)</i>	<i>-5,9%</i>	<i>-4,1%</i>	<i>1,8%</i>
	<i>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-141) - (2-24) -31)</i>	<i>1,1%</i>	<i>1,5%</i>	<i>0,5%</i>

<sup>6</sup> Este e outros documentos de referência estão disponíveis no sítio eletrônico da STN:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/aspectos-metodologicos>. Um resumo dos principais aspectos metodológicos podem ser obtidos no Boxe 1 desta edição do boletim Resultado do Tesouro Nacional, bem como no anexo aos boletins Estatísticas Fiscais Trimestrais (<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas> ou <http://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/estatisticas-fiscais-do-governo-geral/2019/23>).

A seguir, são destacados alguns resultados revelados pelo Demonstrativo de Operações, a partir dos indicadores de receitas, despesas e investimento líquido de consumo de capital fixo.

### **Melhora o desempenho fiscal do Governo Geral no primeiro semestre de 2019, concentrada principalmente em Estados**

No acumulado até o segundo trimestre de 2019, o resultado operacional primário<sup>7</sup> – excluído juros – apresentou melhora no consolidado do Governo Geral da ordem de 0,30 ponto percentual do PIB. Quanto à esfera de governo, tal desempenho esteve fortemente concentrado nas administrações estaduais (0,30 ponto percentual), seguido pelo Governo Central (0,03 ponto percentual)<sup>8</sup>. Cabe destacar um padrão distinto entre ambos: enquanto na esfera estadual a melhora ocorreu principalmente pelo aumento das receitas, na esfera central a queda das despesas foi o elemento mais importante para a recuperação fiscal. No sentido contrário, as administrações municipais apresentaram piora equivalente 0,04 ponto percentual, devido ao aumento das despesas.

#### **Resultado operacional primário - 1º Semestre - % PIB**

	2018	2019	Varição
<b>Governo Geral</b>	<b>0,49%</b>	<b>0,78%</b>	<b>0,30%</b>
Central Consolidado	-1,03%	-0,99%	0,03%
Estaduais	0,58%	0,88%	0,30%
Municipais	0,93%	0,89%	-0,04%

### **Avanço das receitas foi principal responsável pela melhora**

Quanto às operações, a melhora observada concentrou-se no âmbito da receita primária, principalmente nas administrações estaduais (0,25 ponto percentual), seguido pelas municipais (0,17 ponto percentual). A categoria mais relevante para esse bom desempenho foram os impostos sobre bens e serviços, que tiveram aumento de 0,14 ponto percentual do PIB para os Estados e 0,09 ponto percentual para os Municípios. Por outro lado, o Governo Central consolidado apresentou redução da receita primária (0,17 ponto percentual), principalmente em impostos sobre bens e serviços (-0,30 ponto percentual).

#### **Receita operacional primária - 1º Semestre - % PIB**

	2018	2019	Varição
<b>Governo Geral</b>	<b>39,41%</b>	<b>39,88%</b>	<b>0,47%</b>
Central Consolidado	26,27%	26,10%	-0,17%
Estaduais	12,64%	12,89%	0,25%
Municipais	9,42%	9,59%	0,17%

### **O crescimento da despesa do Governo Geral concentrou-se basicamente na esfera municipal**

No consolidado do Governo Geral, observou-se crescimento da despesa primária (0,18 ponto percentual). Contudo, esse resultado decorreu basicamente das operações na esfera municipal (0,21 ponto percentual), sobretudo no item “uso de bens e serviços” (0,10 ponto percentual). Já o Governo Central e os Estados tiveram redução da despesa no primeiro semestre de 2019, de 0,20 e 0,05 ponto percentual do PIB, respectivamente.

#### **Despesa operacional primária - 1º Semestre - % PIB**

	2018	2019	Varição
<b>Governo Geral</b>	<b>38,92%</b>	<b>39,10%</b>	<b>0,18%</b>
Central Consolidado	27,30%	27,10%	-0,20%
Estaduais	12,06%	12,01%	-0,05%
Municipais	8,49%	8,69%	0,21%

<sup>7</sup> O resultado operacional primário corresponde ao resultado operacional líquido (receita menos a despesa) excluindo a receita e despesa com juros.

<sup>8</sup> Refere-se à abrangência de Governo Central Consolidado, o qual inclui também o FGTS, o Fundo Remanescente do PIS/PASEP e outros fundos de natureza privada e gestão pública.

Vale destacar que os gastos com investimento não integram o agregado de despesa primária, pois este agregado abrange apenas os fluxos que alteram o patrimônio líquido da administração pública. Como o investimento reduz um ativo financeiro mas é compensado pela elevação de um ativo não-financeiro, o mesmo é enquadrado na categoria de “investimento líquido”, comentado a seguir. Por outro lado, a despesa primária computa o consumo de capital fixo<sup>9</sup> dos ativos não-financeiros, pois – ao contrário dos investimentos – não está associada a outro fluxo compensatório no patrimônio líquido.

### **Investimento líquido de consumo de capital fixo segue negativo em todas as esferas de governo**

O investimento líquido do Governo Geral líquido apresentou-se negativo no primeiro semestre de 2019 (-0,75% do PIB), repetindo padrão observado deste 2015. Essa ampliação ocorreu principalmente na esfera estadual de governo (-0,18 ponto percentual do PIB). Na esfera municipal o investimento líquido também foi negativo, contudo, apresentou aumento de 0,03 ponto percentual se comparado a igual período de 2018.

#### **Investimento líquido - 1º Semestre - % PIB**

	2018	2019	Varição
<b>Governo Geral</b>	<b>-0,59%</b>	<b>-0,75%</b>	<b>-0,17%</b>
Central Consolidado	-0,29%	-0,31%	-0,02%
Estaduais	-0,13%	-0,31%	-0,18%
Municipais	-0,16%	-0,13%	0,03%

### **Expressivo declínio na conta de juros contribuiu para queda na necessidade de financiamento do Governo Geral, especialmente do Governo Central**

Considerando o resultado operacional e o investimento líquido, observa-se melhora na posição fiscal do Governo Geral no primeiro semestre. A necessidade de financiamento passou de 5,89% do PIB no

#### **Necessidade (-) / capacidade (+) líquida de financiamento - 1º Semestre - % PIB**

	2018	2019	Varição
<b>Governo Geral</b>	<b>-5,89%</b>	<b>-4,09%</b>	<b>1,80%</b>
Central Consolidado	-7,00%	-5,73%	1,27%
Estaduais	-0,08%	0,52%	0,60%
Municipais	1,19%	1,12%	-0,07%

primeiro semestre de 2018, para 4,09% em igual período de 2019. Esta melhora concentrou-se principalmente no Governo Central (1,27 ponto percentual do PIB), seguida pelos entes estaduais (0,60 ponto percentual). Os municípios, por outro lado, apresentaram deterioração da capacidade de financiamento da ordem de 0,07 ponto percentual.

Não obstante tenham variado positivamente as esferas central e estadual, são distintos os fatores responsáveis. Enquanto no âmbito estadual o destaque foi a melhora do resultado operacional primário (0,30 ponto percentual do PIB), na esfera central o principal determinante foi a queda na despesa de juros (1,01 ponto percentual). Essa queda decorre em grande medida da redução da taxa de juros básica da economia (Selic) verificada no primeiro semestre deste ano, refletindo-se no custo da dívida pública federal.

### **No primeiro trimestre, a necessidade de financiamento do Brasil permanece dentre as mais elevadas em relação a outros países**

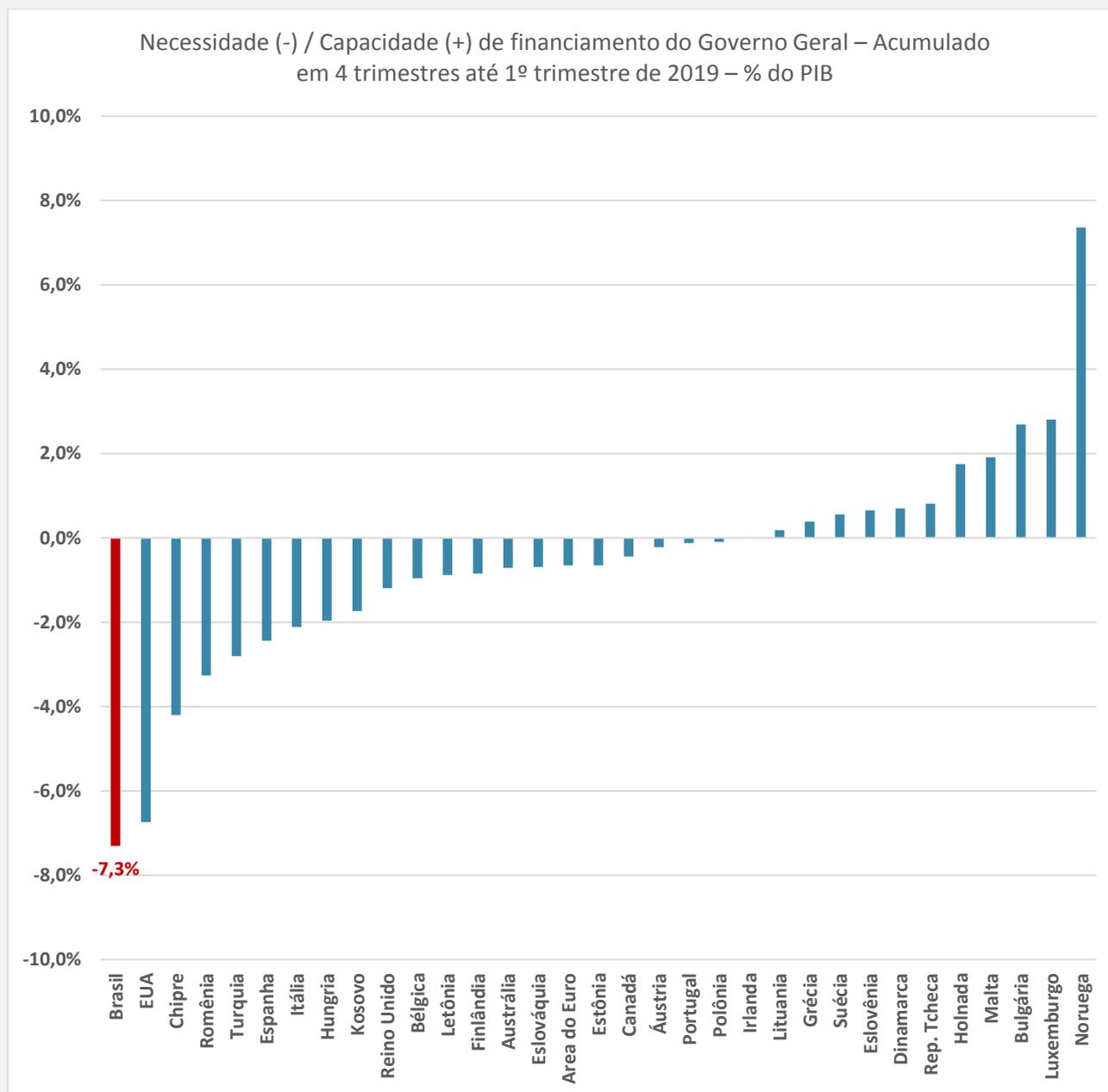
A partir dos dados disponíveis na base de dados do FMI para as estatísticas financeiras internacionais<sup>10</sup>, o Brasil encontra-se entre os países com as maiores necessidades de financiamento. Dentre aqueles com

<sup>9</sup> Consumo de Capital Fixo é uma transação interna que reflete a diminuição do valor do ativo fixo em virtude da sua utilização no processo produtivo por uma unidade institucional. Como resultado, é registrado como uma despesa e ao mesmo tempo como uma transação que reduz o valor do respectivo ativo fixo de modo que não há impacto sobre a capacidade/necessidade líquida de financiamento.

<sup>10</sup> *International Financial Statistics (IFS)*: <https://data.imf.org/IFS>.



dados de Governo Geral disponíveis na consulta feita em 28/11/2019, o Brasil apresentou a pior necessidade de financiamento no acumulado em 4 trimestres até o primeiro trimestre de 2019 (7,3%)<sup>11</sup>. Os países em melhor posição apresentaram capacidade de financiamento, dentre os quais se destacam a Noruega (7,4%), Luxemburgo (2,8%) e Bulgária (2,7%). O número de países com informações disponíveis para o 2º trimestre na data da consulta era muito baixo, razão pela qual não foi feita a comparação para esse período.



Fonte: IMF Data / International Financial Statistics (IFS). Elaboração: ME/STN. Consulta em 28/11/2019.

<sup>11</sup> Cifras em proporção do PIB do mesmo período.

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>132.018,2</b>	<b>134.798,6</b>	<b>2.780,4</b>	<b>2,1%</b>	<b>-566,3</b>	<b>-0,4%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>79.177,2</b>	<b>80.583,1</b>	<b>1.405,8</b>	<b>1,8%</b>	<b>-601,3</b>	<b>-0,7%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	3.944,2	4.236,3	292,1	7,4%	192,1	4,8%
I.1.2 IPI	4.821,8	4.444,2	-377,6	-7,8%	-499,9	-10,1%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	29.631,0	33.896,3	4.265,3	14,4%	3.514,2	11,6%
I.1.4 IOF	3.023,0	3.325,9	302,8	10,0%	226,2	7,3%
I.1.5 COFINS	22.500,8	20.043,3	-2.457,5	-10,9%	-3.027,9	-13,1%
I.1.6 PIS/PASEP	5.615,3	5.301,2	-314,2	-5,6%	-456,5	-7,9%
I.1.7 CSLL	7.290,3	8.948,1	1.657,8	22,7%	1.473,0	19,7%
I.1.8 CIDE Combustíveis	230,7	243,9	13,2	5,7%	7,3	3,1%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	2.120,0	143,9	-1.976,1	-93,2%	-2.029,9	-93,4%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>32.038,8</b>	<b>33.947,1</b>	<b>1.908,3</b>	<b>6,0%</b>	<b>1.096,1</b>	<b>3,3%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>20.802,2</b>	<b>20.268,4</b>	<b>-533,8</b>	<b>-2,6%</b>	<b>-1.061,1</b>	<b>-5,0%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	1.655,1	206,4	-1.448,7	-87,5%	-1.490,7	-87,8%
I.4.2 Dividendos e Participações	95,2	2.351,7	2.256,4	-	2.254,0	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.045,8	1.030,5	-15,3	-1,5%	-41,8	-3,9%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	11.732,6	10.386,6	-1.345,9	-11,5%	-1.643,4	-13,7%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	1.355,3	1.308,3	-47,0	-3,5%	-81,4	-5,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.604,3	1.699,8	95,5	6,0%	54,8	3,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	377,8	409,1	31,3	8,3%	21,7	5,6%
I.4.8 Operações com Ativos	87,3	88,1	0,8	0,9%	-1,4	-1,6%
I.4.9 Demais Receitas	2.848,9	2.788,1	-60,8	-2,1%	-133,0	-4,6%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.193,2</b>	<b>18.178,1</b>	<b>985,0</b>	<b>5,7%</b>	<b>549,1</b>	<b>3,1%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>12.763,6</b>	<b>13.153,6</b>	<b>390,1</b>	<b>3,1%</b>	<b>66,5</b>	<b>0,5%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>723,8</b>	<b>792,3</b>	<b>68,5</b>	<b>9,5%</b>	<b>50,2</b>	<b>6,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	905,6	1.001,1	95,4	10,5%	72,5	7,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-181,8	-208,8	-26,9	14,8%	-22,3	12,0%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>983,6</b>	<b>939,1</b>	<b>-44,5</b>	<b>-4,5%</b>	<b>-69,4</b>	<b>-6,9%</b>
<b>II.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>1.709,7</b>	<b>2.294,8</b>	<b>585,1</b>	<b>34,2%</b>	<b>541,7</b>	<b>30,9%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>187,6</b>	<b>193,6</b>	<b>6,0</b>	<b>3,2%</b>	<b>1,3</b>	<b>0,7%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>824,9</b>	<b>804,7</b>	<b>-20,2</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-41,1</b>	<b>-4,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>114.825,1</b>	<b>116.620,5</b>	<b>1.795,4</b>	<b>1,6%</b>	<b>-1.115,4</b>	<b>-0,9%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>105.316,3</b>	<b>107.947,0</b>	<b>2.630,7</b>	<b>2,5%</b>	<b>-39,1</b>	<b>0,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>45.259,6</b>	<b>48.581,8</b>	<b>3.322,3</b>	<b>7,3%</b>	<b>2.174,9</b>	<b>4,7%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>22.585,6</b>	<b>23.719,1</b>	<b>1.133,5</b>	<b>5,0%</b>	<b>561,0</b>	<b>2,4%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>14.393,6</b>	<b>13.528,3</b>	<b>-865,3</b>	<b>-6,0%</b>	<b>-1.230,1</b>	<b>-8,3%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.492,9	4.709,5	216,6	4,8%	102,7	2,2%
IV.3.2 Anistiados	12,1	12,0	-0,1	-0,7%	-0,4	-3,2%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	52,8	54,2	1,4	2,6%	0,0	0,0%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.706,2	5.015,9	309,7	6,6%	190,4	3,9%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	377,8	409,1	31,3	8,3%	21,7	5,6%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	116,5	150,1	33,5	28,8%	30,6	25,6%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.065,2	631,5	-433,6	-40,7%	-460,6	-42,2%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	105,3	109,3	4,0	3,8%	1,4	1,3%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,9	1.016,2	52,2	5,4%	27,8	2,8%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	145,1	185,7	40,6	28,0%	36,9	24,8%
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.201,0	925,3	-275,6	-23,0%	-306,1	-24,9%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	159,2	0,0	-159,2	-100,0%	-163,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	158,2	230,5	72,2	45,7%	68,2	42,1%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	570,283	57,4	-512,9	-89,9%	-527,3	-90,2%
IV.3.16 Transferências ANA	29,2	30,8	1,6	5,5%	0,9	2,9%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	137,2	61,5	-75,6	-55,1%	-79,1	-56,2%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	100,7	-70,7	-171,4	-	-174,0	-
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>	<b>23.077,6</b>	<b>22.117,8</b>	<b>-959,8</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-1.544,8</b>	<b>-6,5%</b>
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.702,7	12.154,4	451,7	3,9%	155,1	1,3%
IV.4.2 Discricionárias	11.374,9	9.963,4	-1.411,5	-12,4%	-1.699,9	-14,6%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>9.508,7</b>	<b>8.673,4</b>	<b>-835,3</b>	<b>-8,8%</b>	<b>-1.076,4</b>	<b>-11,0%</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>684,7</b>					
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>-629,8</b>					
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>633,4</b>					
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>10.197,1</b>					
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-10.426,5</b>					
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-229,4</b>					

Tabela 1.2. Receitas Primárias do Governo Central - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>132.018,2</b>	<b>134.798,6</b>	<b>2.780,4</b>	<b>2,1%</b>	<b>-566,3</b>	<b>-0,4%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>79.177,2</b>	<b>80.583,1</b>	<b>1.405,8</b>	<b>1,8%</b>	<b>-601,3</b>	<b>-0,7%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	3.944,2	4.236,3	292,1	7,4%	192,1	4,8%
I.1.2 IPI	4.821,8	4.444,2	-377,6	-7,8%	-499,9	-10,1%
I.1.2.1 IPI - Fumo	421,7	270,0	-151,7	-36,0%	-162,4	-37,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	225,1	330,4	105,2	46,8%	99,5	43,1%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	733,3	464,2	-269,2	-36,7%	-287,8	-38,3%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	1.808,5	1.883,4	74,8	4,1%	29,0	1,6%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.633,2	1.496,4	-136,8	-8,4%	-178,2	-10,6%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	29.631,0	33.896,3	4.265,3	14,4%	3.514,2	11,6%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.425,4	2.936,3	510,9	21,1%	449,4	18,1%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	12.652,1	16.205,2	3.553,2	28,1%	3.232,4	24,9%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.553,5	14.754,8	201,3	1,4%	-167,6	-1,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.176,9	7.647,6	470,8	6,6%	288,9	3,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.188,0	3.126,9	-61,1	-1,9%	-141,9	-4,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	3.212,6	2.953,1	-259,6	-8,1%	-341,0	-10,4%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	976,0	1.027,2	51,2	5,2%	26,4	2,6%
I.1.4 IOF	3.023,0	3.325,9	302,8	10,0%	226,2	7,3%
I.1.5 Cofins	22.500,8	20.043,3	-2.457,5	-10,9%	-3.027,9	-13,1%
I.1.6 PIS/PASEP	5.615,3	5.301,2	-314,2	-5,6%	-456,5	-7,9%
I.1.7 CSLL	7.290,3	8.948,1	1.657,8	22,7%	1.473,0	19,7%
I.1.8 CIDE Combustíveis	230,7	243,9	13,2	5,7%	7,3	3,1%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	2.120,0	143,9	-1.976,1	-93,2%	-2.029,9	-93,4%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>32.038,8</b>	<b>33.947,1</b>	<b>1.908,3</b>	<b>6,0%</b>	<b>1.096,1</b>	<b>3,3%</b>
I.3.1 Urbana	31.308,3	33.274,5	1.966,3	6,3%	1.172,6	3,7%
I.3.2 Rural	730,5	672,6	-57,9	-7,9%	-76,5	-10,2%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>20.802,2</b>	<b>20.268,4</b>	<b>-533,8</b>	<b>-2,6%</b>	<b>-1.061,1</b>	<b>-5,0%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	1.655,1	206,4	-1.448,7	-87,5%	-1.490,7	-87,8%
I.4.2 Dividendos e Participações	95,2	2.351,7	2.256,4	-	2.254,0	-
I.4.2.1 Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.3 BNDES	0,0	1.459,7	1.459,7	-	1.459,7	-
I.4.2.4 Caixa	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.8 Petrobras	0,0	748,1	748,1	-	748,1	-
I.4.2.9 Demais	95,2	143,9	48,7	51,1%	46,3	47,4%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.045,8	1.030,5	-15,3	-1,5%	-41,8	-3,9%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	11.732,6	10.386,6	-1.345,9	-11,5%	-1.643,4	-13,7%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	1.355,3	1.308,3	-47,0	-3,5%	-81,4	-5,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.604,3	1.699,8	95,5	6,0%	54,8	3,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	377,8	409,1	31,3	8,3%	21,7	5,6%
I.4.8 Operações com Ativos	87,3	88,1	0,8	0,9%	-1,4	-1,6%
I.4.9 Demais Receitas	2.848,9	2.788,1	-60,8	-2,1%	-133,0	-4,6%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.193,2</b>	<b>18.178,1</b>	<b>985,0</b>	<b>5,7%</b>	<b>549,1</b>	<b>3,1%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>12.763,6</b>	<b>13.153,6</b>	<b>390,1</b>	<b>3,1%</b>	<b>66,5</b>	<b>0,5%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>723,8</b>	<b>792,3</b>	<b>68,5</b>	<b>9,5%</b>	<b>50,2</b>	<b>6,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	905,6	1.001,1	95,4	10,5%	72,5	7,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-181,8	-208,8	-26,9	14,8%	-22,3	12,0%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>983,6</b>	<b>939,1</b>	<b>-44,5</b>	<b>-4,5%</b>	<b>-69,4</b>	<b>-6,9%</b>
<b>II.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>1.709,7</b>	<b>2.294,8</b>	<b>585,1</b>	<b>34,2%</b>	<b>541,7</b>	<b>30,9%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>187,6</b>	<b>193,6</b>	<b>6,0</b>	<b>3,2%</b>	<b>1,3</b>	<b>0,7%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>824,9</b>	<b>804,7</b>	<b>-20,2</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-41,1</b>	<b>-4,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>114.825,1</b>	<b>116.620,5</b>	<b>1.795,4</b>	<b>1,6%</b>	<b>-1.115,4</b>	<b>-0,9%</b>

Tabela 1.3. Despesas Primárias do Governo Central - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>105.316,3</b>	<b>107.947,0</b>	<b>2.630,7</b>	<b>2,5%</b>	<b>-39,1</b>	<b>0,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>45.259,6</b>	<b>48.581,8</b>	<b>3.322,3</b>	<b>7,3%</b>	<b>2.174,9</b>	<b>4,7%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	35.748,1	38.502,3	2.754,2	7,7%	1.848,0	5,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	770,8	927,4	156,5	20,3%	137,0	17,3%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.511,5	10.079,5	568,0	6,0%	326,9	3,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	206,3	244,3	37,9	18,4%	32,7	15,5%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>22.585,6</b>	<b>23.719,1</b>	<b>1.133,5</b>	<b>5,0%</b>	<b>561,0</b>	<b>2,4%</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	179,5	182,8	3,3	1,9%	-1,2	-0,7%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>14.393,6</b>	<b>13.528,3</b>	<b>-865,3</b>	<b>-6,0%</b>	<b>-1.230,1</b>	<b>-8,3%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.492,9	4.709,5	216,6	4,8%	102,7	2,2%
Abono	1.360,6	1.600,3	239,7	17,6%	205,2	14,7%
Seguro Desemprego	3.132,3	3.109,2	-23,1	-0,7%	-102,5	-3,2%
d/q Seguro Defeso	59,0	49,5	-9,5	-16,0%	-11,0	-18,1%
IV.3.2 Anistiados	12,1	12,0	-0,1	-0,7%	-0,4	-3,2%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	52,8	54,2	1,4	2,6%	0,0	0,0%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.706,2	5.015,9	309,7	6,6%	190,4	3,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	91,0	98,6	7,6	8,4%	5,3	5,7%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	377,8	409,1	31,3	8,3%	21,7	5,6%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	116,5	150,1	33,5	28,8%	30,6	25,6%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.065,2	631,5	-433,6	-40,7%	-460,6	-42,2%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	105,3	109,3	4,0	3,8%	1,4	1,3%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,9	1.016,2	52,2	5,4%	27,8	2,8%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	145,1	185,7	40,6	28,0%	36,9	24,8%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.201,0	925,3	-275,6	-23,0%	-306,1	-24,9%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	159,2	0,0	-159,2	-100,0%	-163,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	158,2	230,5	72,2	45,7%	68,2	42,1%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	570,283	57,4	-512,9	-89,9%	-527,3	-90,2%
Equalização de custeio agropecuário	11,705	12,2	0,5	4,6%	0,2	2,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	7,813	0,2	-7,6	-97,7%	-7,8	-97,7%
Política de preços agrícolas	78,064	10,9	-67,2	-86,0%	-69,1	-86,4%
Pronaf	10,108	3,3	-6,8	-67,1%	-7,0	-67,9%
Proex	161,208	-53,3	-214,5	-	-218,6	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	52,965	0,6	-52,4	-98,9%	-53,7	-98,9%
Fundo da terra/ INCRA	43,770	88,5	44,7	102,1%	43,6	97,1%
Funcafé	11,538	1,1	-10,5	-90,9%	-10,8	-91,1%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	1,299	0,9	-0,4	-32,8%	-0,5	-34,4%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-0,008	-12,2	-12,2	-	-12,2	-
Sudene	169,085	0,0	-169,0	-100,0%	-173,3	-100,0%
Proagro	30,000	0,0	-30,0	-100,0%	-30,8	-100,0%
Outros Subsídios e Subvenções	-7,264	5,2	12,4	-	12,6	-
IV.3.16 Transferências ANA	29,2	30,8	1,6	5,5%	0,9	2,9%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	137,2	61,5	-75,6	-55,1%	-79,1	-56,2%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	100,7	-70,7	-171,4	-	-174,0	-
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>	<b>23.077,6</b>	<b>22.117,8</b>	<b>-959,8</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-1.544,8</b>	<b>-6,5%</b>
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.702,7	12.154,4	451,7	3,9%	155,1	1,3%
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.195,6	1.145,9	-49,7	-4,2%	-80,0	-6,5%
IV.4.1.2 Bolsa Família	2.542,9	2.447,2	-95,7	-3,8%	-160,1	-6,1%
IV.4.1.3 Saúde	7.053,6	7.727,3	673,7	9,6%	494,9	6,8%
IV.4.1.4 Educação	523,9	541,4	17,4	3,3%	4,2	0,8%
IV.4.1.5 Demais	386,6	292,6	-94,0	-24,3%	-103,8	-26,2%
IV.4.2 Discricionárias	11.374,9	9.963,4	-1.411,5	-12,4%	-1.699,9	-14,6%
IV.4.2.1 Saúde	2.215,1	2.256,2	41,2	1,9%	-15,0	-0,7%
IV.4.2.2 Educação	2.155,9	2.095,0	-60,9	-2,8%	-115,6	-5,2%
IV.4.2.3 Defesa	863,3	1.367,8	504,5	58,4%	482,7	54,5%
IV.4.2.4 Transporte	1.193,5	942,2	-251,3	-21,1%	-281,5	-23,0%
IV.4.2.5 Administração	672,5	851,6	179,1	26,6%	162,1	23,5%
IV.4.2.6 Ciência e Tecnologia	417,8	273,7	-144,1	-34,5%	-154,7	-36,1%
IV.4.2.7 Segurança Pública	351,9	257,9	-94,0	-26,7%	-102,9	-28,5%
IV.4.2.8 Assistência Social	275,0	237,7	-37,2	-13,5%	-44,2	-15,7%
IV.4.2.9 Demais	3.230,0	1.681,2	-1.548,8	-48,0%	-1.630,7	-49,2%
<b>Memorando 1</b>						
Outras Despesas de Custeio e Capital	27.495,8	25.824,6	-1.671,2	-6,1%	-2.368,2	-8,4%
Outras Despesas de Custeio	23.660,2	22.288,3	-1.371,8	-5,8%	-1.971,6	-8,1%
Investimento	3.835,7	3.536,3	-299,4	-7,8%	-396,6	-10,1%
<b>Memorando 2</b>						
PAC	3.091,3	2.181,1	-910,2	-29,4%	-988,6	-31,2%
d/q Minha Casa Minha Vida	748,5	89,5	-658,9	-88,0%	-677,9	-88,3%

Tabela 2.1. Resultado Primário do Governo Central - Acum. Ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.215.429,3</b>	<b>1.274.424,5</b>	<b>58.995,2</b>	<b>4,9%</b>	<b>13.755,9</b>	<b>1,1%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>753.085,8</b>	<b>785.928,3</b>	<b>32.842,5</b>	<b>4,4%</b>	<b>4.656,9</b>	<b>0,6%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	34.462,1	36.106,1	1.644,0	4,8%	392,2	1,1%
I.1.2 IPI	45.747,8	43.563,1	-2.184,7	-4,8%	-3.927,9	-8,2%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	297.731,3	328.577,5	30.846,2	10,4%	19.732,6	6,3%
I.1.4 IOF	30.207,8	33.163,0	2.955,2	9,8%	1.839,8	5,8%
I.1.5 COFINS	206.873,7	197.040,4	-9.833,3	-4,8%	-17.654,4	-8,2%
I.1.6 PIS/PASEP	54.516,4	53.865,9	-650,5	-1,2%	-2.707,7	-4,8%
I.1.7 CSLL	67.924,2	72.928,6	5.004,4	7,4%	2.467,3	3,5%
I.1.8 CIDE Combustíveis	3.444,8	2.325,1	-1.119,7	-32,5%	-1.267,6	-35,1%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	12.177,8	18.358,8	6.181,0	50,8%	5.782,7	45,5%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-12,2</b>	<b>-47,8</b>	<b>-35,6</b>	<b>293,3%</b>	<b>-35,3</b>	<b>279,9%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>305.749,0</b>	<b>326.376,6</b>	<b>20.627,6</b>	<b>6,7%</b>	<b>9.310,3</b>	<b>2,9%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>156.606,7</b>	<b>162.167,4</b>	<b>5.560,8</b>	<b>3,6%</b>	<b>-176,0</b>	<b>-0,1%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	14.799,2	8.331,7	-6.467,5	-43,7%	-6.955,2	-45,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	6.484,9	14.966,4	8.481,5	130,8%	8.216,7	120,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	10.610,4	10.711,9	101,4	1,0%	-296,7	-2,7%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	53.706,7	58.823,5	5.116,7	9,5%	3.274,1	5,9%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	12.259,5	13.179,3	919,8	7,5%	479,9	3,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	18.087,9	17.617,5	-470,4	-2,6%	-1.154,9	-6,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.232,5	4.646,8	414,3	9,8%	256,3	5,8%
I.4.8 Operações com Ativos	928,7	948,6	19,9	2,1%	-14,6	-1,5%
I.4.9 Demais Receitas	35.496,8	32.941,8	-2.554,9	-7,2%	-3.981,6	-10,7%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>203.963,0</b>	<b>221.798,1</b>	<b>17.835,2</b>	<b>8,7%</b>	<b>10.244,8</b>	<b>4,8%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>157.124,3</b>	<b>170.209,4</b>	<b>13.085,1</b>	<b>8,3%</b>	<b>7.211,8</b>	<b>4,4%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>6.876,0</b>	<b>8.049,5</b>	<b>1.173,5</b>	<b>17,1%</b>	<b>925,4</b>	<b>12,9%</b>
II.2.1 Repasse Total	10.123,6	11.012,4	888,8	8,8%	504,3	4,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-3.247,6	-2.962,9	284,7	-8,8%	421,1	-12,4%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>10.392,9</b>	<b>10.373,2</b>	<b>-19,6</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-410,4</b>	<b>-3,8%</b>
<b>II.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>26.953,7</b>	<b>31.118,5</b>	<b>4.164,8</b>	<b>15,5%</b>	<b>3.181,0</b>	<b>11,3%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>1.356,8</b>	<b>820,8</b>	<b>-535,9</b>	<b>-39,5%</b>	<b>-593,4</b>	<b>-41,8%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>1.259,4</b>	<b>1.226,8</b>	<b>-32,6</b>	<b>-2,6%</b>	<b>-69,6</b>	<b>-5,3%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>1.011.466,4</b>	<b>1.052.626,4</b>	<b>41.160,0</b>	<b>4,1%</b>	<b>3.511,1</b>	<b>0,3%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.087.743,2</b>	<b>1.116.474,6</b>	<b>28.731,5</b>	<b>2,6%</b>	<b>-11.831,3</b>	<b>-1,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>474.084,8</b>	<b>506.264,2</b>	<b>32.179,4</b>	<b>6,8%</b>	<b>14.687,3</b>	<b>3,0%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>239.434,4</b>	<b>250.980,9</b>	<b>11.546,5</b>	<b>4,8%</b>	<b>2.630,9</b>	<b>1,1%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>168.205,4</b>	<b>164.170,5</b>	<b>-4.034,9</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-10.453,6</b>	<b>-5,9%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	45.406,4	46.531,4	1.125,1	2,5%	-562,5	-1,2%
IV.3.2 Anistiados	138,7	131,7	-7,0	-5,0%	-12,3	-8,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	505,6	626,4	120,8	23,9%	101,9	19,3%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	46.688,7	49.611,2	2.922,5	6,3%	1.188,3	2,4%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.232,5	4.646,8	414,3	9,8%	261,9	5,9%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.146,3	3.039,2	893,0	41,6%	871,2	39,3%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.738,1	8.821,5	-2.916,6	-24,8%	-3.391,5	-27,6%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	701,8	701,7	-0,1	0,0%	-26,4	-3,6%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	11.886,8	12.889,4	1.002,6	8,4%	559,5	4,5%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	1.246,0	1.306,6	60,6	4,9%	13,6	1,0%
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	10.188,6	8.843,5	-1.345,1	-13,2%	-1.735,2	-16,3%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	1.591,7	0,0	-1.591,7	-100,0%	-1.662,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	13.530,0	14.921,3	1.391,3	10,3%	747,8	5,2%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	13.322,129	10.080,5	-3.241,6	-24,3%	-3.752,3	-26,9%
IV.3.16 Transferências ANA	248,3	175,3	-73,0	-29,4%	-83,2	-32,1%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	779,1	688,6	-90,5	-11,6%	-121,6	-14,9%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	2.139,4	1.155,3	-984,1	-46,0%	-1.075,6	-48,1%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	1.715,2	0,0	-1.715,2	-100,0%	-1.775,1	-100,0%
<b>IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>	<b>206.018,5</b>	<b>195.059,0</b>	<b>-10.959,5</b>	<b>-5,3%</b>	<b>-18.695,9</b>	<b>-8,7%</b>
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	111.657,0	113.844,6	2.187,5	2,0%	-1.990,4	-1,7%
IV.4.2 Discricionárias	94.361,5	81.214,5	-13.147,0	-13,9%	-16.705,5	-17,0%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>4.021,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-4.021,0</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-4.217,1</b>	<b>-100,0%</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-72.255,8</b>	<b>-63.848,3</b>	<b>8.407,5</b>	<b>-11,6%</b>	<b>11.125,3</b>	<b>-14,8%</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>4.352,7</b>					
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>3.030,8</b>					
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-1.467,6</b>					
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-66.339,9</b>					
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-259.891,4</b>					
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-326.231,3</b>					

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Acum. Ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.215.429,3</b>	<b>1.274.424,5</b>	<b>58.995,2</b>	<b>4,9%</b>	<b>13.755,9</b>	<b>1,1%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>753.085,8</b>	<b>785.928,3</b>	<b>32.842,5</b>	<b>4,4%</b>	<b>4.656,9</b>	<b>0,6%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	34.462,1	36.106,1	1.644,0	4,8%	392,2	1,1%
I.1.2 IPI	45.747,8	43.563,1	-2.184,7	-4,8%	-3.927,9	-8,2%
I.1.2.1 IPI - Fumo	4.346,1	4.700,2	354,1	8,1%	195,7	4,3%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.046,4	3.029,4	983,0	48,0%	913,6	42,7%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	4.530,6	4.809,9	279,3	6,2%	121,2	2,6%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	15.122,6	15.888,6	766,0	5,1%	224,3	1,4%
I.1.2.5 IPI - Outros	19.702,0	15.134,9	-4.567,1	-23,2%	-5.382,7	-26,1%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	297.731,3	328.577,5	30.846,2	10,4%	19.732,6	6,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	30.662,0	33.387,1	2.725,1	8,9%	1.517,3	4,7%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	110.031,7	116.775,2	6.743,5	6,1%	2.638,6	2,3%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	157.037,7	178.415,2	21.377,6	13,6%	15.576,7	9,5%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	80.575,8	94.157,0	13.581,2	16,9%	10.537,9	12,5%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	39.452,3	43.065,7	3.613,4	9,2%	2.174,8	5,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	26.501,8	30.016,2	3.514,4	13,3%	2.580,4	9,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	10.507,7	11.176,3	668,6	6,4%	283,6	2,6%
I.1.4 IOF	30.207,8	33.163,0	2.955,2	9,8%	1.839,8	5,8%
I.1.5 Cofins	206.873,7	197.040,4	-9.833,3	-4,8%	-17.654,4	-8,2%
I.1.6 PIS/PASEP	54.516,4	53.865,9	-650,5	-1,2%	-2.707,7	-4,8%
I.1.7 CSLL	67.924,2	72.928,6	5.004,4	7,4%	2.467,3	3,5%
I.1.8 CIDE Combustíveis	3.444,8	2.325,1	-1.119,7	-32,5%	-1.267,6	-35,1%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	12.177,8	18.358,8	6.181,0	50,8%	5.782,7	45,5%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-12,2</b>	<b>-47,8</b>	<b>-35,6</b>	<b>293,3%</b>	<b>-35,3</b>	<b>279,9%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>305.749,0</b>	<b>326.376,6</b>	<b>20.627,6</b>	<b>6,7%</b>	<b>9.310,3</b>	<b>2,9%</b>
I.3.1 Urbana	297.390,4	319.646,7	22.256,3	7,5%	11.267,5	3,6%
I.3.2 Rural	8.358,6	6.729,9	-1.628,7	-19,5%	-1.957,2	-22,4%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>156.606,7</b>	<b>162.167,4</b>	<b>5.560,8</b>	<b>3,6%</b>	<b>-176,0</b>	<b>-0,1%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	14.799,2	8.331,7	-6.467,5	-43,7%	-6.955,2	-45,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	6.484,9	14.966,4	8.481,5	130,8%	8.216,7	120,8%
I.4.2.1 Banco do Brasil	1.415,3	2.925,9	1.510,7	106,7%	1.461,8	98,8%
I.4.2.2 BNB	78,5	176,7	98,3	125,2%	94,9	115,5%
I.4.2.3 BNDES	1.500,0	4.907,6	3.407,6	227,2%	3.339,7	211,9%
I.4.2.4 Caixa	2.804,3	4.766,8	1.962,5	70,0%	1.843,0	62,6%
I.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.7 IRB	59,9	85,4	25,6	42,7%	22,7	36,0%
I.4.2.8 Petrobras	374,0	1.313,6	939,5	251,2%	924,9	237,2%
I.4.2.9 Demais	252,9	790,3	537,4	212,5%	529,7	201,0%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	10.610,4	10.711,9	101,4	1,0%	-296,7	-2,7%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	53.706,7	58.823,5	5.116,7	9,5%	3.274,1	5,9%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	12.259,5	13.179,3	919,8	7,5%	479,9	3,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	18.087,9	17.617,5	-470,4	-2,6%	-1.154,9	-6,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.232,5	4.646,8	414,3	9,8%	256,3	5,8%
I.4.8 Operações com Ativos	928,7	948,6	19,9	2,1%	-14,6	-1,5%
I.4.9 Demais Receitas	35.496,8	32.941,8	-2.554,9	-7,2%	-3.981,6	-10,7%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>203.963,0</b>	<b>221.798,1</b>	<b>17.835,2</b>	<b>8,7%</b>	<b>10.244,8</b>	<b>4,8%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>157.124,3</b>	<b>170.209,4</b>	<b>13.085,1</b>	<b>8,3%</b>	<b>7.211,8</b>	<b>4,4%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>6.876,0</b>	<b>8.049,5</b>	<b>1.173,5</b>	<b>17,1%</b>	<b>925,4</b>	<b>12,9%</b>
II.2.1 Repasse Total	10.123,6	11.012,4	888,8	8,8%	504,3	4,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-3.247,6	-2.962,9	284,7	-8,8%	421,1	-12,4%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educaçã</b>	<b>10.392,9</b>	<b>10.373,2</b>	<b>-19,6</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-410,4</b>	<b>-3,8%</b>
<b>II.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>26.953,7</b>	<b>31.118,5</b>	<b>4.164,8</b>	<b>15,5%</b>	<b>3.181,0</b>	<b>11,3%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>1.356,8</b>	<b>820,8</b>	<b>-535,9</b>	<b>-39,5%</b>	<b>-593,4</b>	<b>-41,8%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>1.259,4</b>	<b>1.226,8</b>	<b>-32,6</b>	<b>-2,6%</b>	<b>-69,6</b>	<b>-5,3%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>1.011.466,4</b>	<b>1.052.626,4</b>	<b>41.160,0</b>	<b>4,1%</b>	<b>3.511,1</b>	<b>0,3%</b>

Tabela 2.3. Despesas Primárias do Governo Central - Acum. Ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real (IPCA)	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.087.743,2</b>	<b>1.116.474,6</b>	<b>28.731,5</b>	<b>2,6%</b>	<b>-11.831,3</b>	<b>-1,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>474.084,8</b>	<b>506.264,2</b>	<b>32.179,4</b>	<b>6,8%</b>	<b>14.687,3</b>	<b>3,0%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	373.919,7	401.060,3	27.140,6	7,3%	13.363,3	3,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	10.409,3	12.816,5	2.407,2	23,1%	2.013,7	18,5%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	100.165,1	105.203,9	5.038,8	5,0%	1.324,0	1,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.803,8	3.389,8	586,0	20,9%	479,5	16,3%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>239.434,4</b>	<b>250.980,9</b>	<b>11.546,5</b>	<b>4,8%</b>	<b>2.630,9</b>	<b>1,1%</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	6.282,4	6.141,5	-140,9	-2,2%	-401,0	-6,1%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>168.205,4</b>	<b>164.170,5</b>	<b>-4.034,9</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-10.453,6</b>	<b>-5,9%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	45.406,4	46.531,4	1.125,1	2,5%	-562,5	-1,2%
Abono	14.553,1	14.788,8	235,7	1,6%	-292,4	-1,9%
Seguro Desemprego	30.853,3	31.742,6	889,3	2,9%	-270,1	-0,8%
d/q Seguro Defeso	2.428,7	2.427,2	-1,5	-0,1%	-101,4	-4,0%
IV.3.2 Anistiados	138,7	131,7	-7,0	-5,0%	-12,3	-8,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	505,6	626,4	120,8	23,9%	101,9	19,3%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	46.688,7	49.611,2	2.922,5	6,3%	1.188,3	2,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	899,9	1.042,7	142,9	15,9%	110,5	11,8%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.232,5	4.646,8	414,3	9,8%	261,9	5,9%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.146,3	3.039,2	893,0	41,6%	871,2	39,3%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.738,1	8.821,5	-2.916,6	-24,8%	-3.391,5	-27,6%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	701,8	701,7	-0,1	0,0%	-26,4	-3,6%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	11.886,8	12.889,4	1.002,6	8,4%	559,5	4,5%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	1.246,0	1.306,6	60,6	4,9%	13,6	1,0%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	10.188,6	8.843,5	-1.345,1	-13,2%	-1.735,2	-16,3%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	1.591,7	0,0	-1.591,7	-100,0%	-1.662,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	13.530,0	14.921,3	1.391,3	10,3%	747,8	5,2%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	13.322,129	10.080,5	-3.241,6	-24,3%	-3.752,3	-26,9%
Equalização de custeio agropecuário	1.116,160	1.111,1	-5,0	-0,4%	-47,1	-4,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.577,531	1.571,4	-6,1	-0,4%	-64,3	-3,9%
Política de preços agrícolas	479,410	92,3	-387,1	-80,7%	-405,0	-81,2%
Pronaf	2.858,513	2.626,4	-232,1	-8,1%	-340,4	-11,4%
Proex	360,448	280,2	-80,2	-22,3%	-95,8	-25,3%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	542,004	311,4	-230,6	-42,5%	-250,4	-44,3%
Fundo da terra/ INCRA	301,803	159,1	-142,7	-47,3%	-152,6	-48,9%
Funcafé	74,369	35,8	-38,6	-51,9%	-41,7	-53,7%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.007,091	3.260,0	-1.747,1	-34,9%	-1.951,1	-37,1%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	550,017	421,3	-128,8	-23,4%	-150,7	-26,2%
Sudene	340,892	15,7	-325,2	-95,4%	-334,4	-95,4%
Proagro	131,500	210,8	79,3	60,3%	77,5	57,1%
Outros Subsídios e Subvenções	-17,610	-15,1	2,5	-14,3%	3,7	-20,1%
IV.3.16 Transferências ANA	248,3	175,3	-73,0	-29,4%	-83,2	-32,1%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	779,1	688,6	-90,5	-11,6%	-121,6	-14,9%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	2.139,4	1.155,3	-984,1	-46,0%	-1.075,6	-48,1%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	1.715,2	0,0	-1.715,2	-100,0%	-1.775,1	-100,0%
<b>IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>	<b>206.018,5</b>	<b>195.059,0</b>	<b>-10.959,5</b>	<b>-5,3%</b>	<b>-18.695,9</b>	<b>-8,7%</b>
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	111.657,0	113.844,6	2.187,5	2,0%	-1.990,4	-1,7%
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	11.086,5	11.297,2	210,6	1,9%	-202,0	-1,7%
IV.4.1.2 Bolsa Família	24.962,6	25.670,8	708,1	2,8%	-218,7	-0,8%
IV.4.1.3 Saúde	66.561,4	69.121,2	2.559,8	3,8%	52,4	0,1%
IV.4.1.4 Educação	5.141,3	5.040,4	-100,9	-2,0%	-291,0	-5,4%
IV.4.1.5 Demais	3.905,1	2.715,1	-1.190,1	-30,5%	-1.331,1	-32,8%
IV.4.2 Discricionárias	94.361,5	81.214,5	-13.147,0	-13,9%	-16.705,5	-17,0%
IV.4.2.1 Saúde	22.913,1	20.804,0	-2.109,2	-9,2%	-3.008,7	-12,6%
IV.4.2.2 Educação	18.498,2	15.718,9	-2.779,3	-15,0%	-3.481,1	-18,0%
IV.4.2.3 Defesa	9.462,7	7.242,6	-2.220,1	-23,5%	-2.575,1	-26,1%
IV.4.2.4 Transporte	8.528,3	6.965,6	-1.562,7	-18,3%	-1.883,4	-21,2%
IV.4.2.5 Administração	6.383,7	5.371,4	-1.012,3	-15,9%	-1.247,4	-18,7%
IV.4.2.6 Ciência e Tecnologia	3.136,2	2.412,2	-724,0	-23,1%	-841,5	-25,7%
IV.4.2.7 Segurança Pública	2.787,9	2.545,8	-242,2	-8,7%	-343,5	-11,8%
IV.4.2.8 Assistência Social	2.638,4	1.936,9	-701,5	-26,6%	-803,8	-29,2%
IV.4.2.9 Demais	20.013,0	18.217,2	-1.795,8	-9,0%	-2.520,9	-12,1%
<b>Memorando 1</b>						
Outras Despesas de Custeio e Capital	264.250,1	251.149,3	-13.100,8	-5,0%	-23.145,9	-8,4%
Outras Despesas de Custeio	228.674,9	220.261,5	-8.413,4	-3,7%	-17.097,6	-7,2%
Investimento	35.575,2	30.887,8	-4.687,4	-13,2%	-6.048,3	-16,3%
<b>Memorando 2</b>						
PAC	19.154,7	16.094,6	-3.060,1	-16,0%	-3.761,3	-18,9%
d/q Minha Casa Minha Vida	3.178,4	3.360,3	181,9	5,7%	85,3	2,6%

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2019		Variação Nominal		Variação Real	
	Setembro	Outubro	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>120.758,6</b>	<b>134.798,6</b>	<b>14.040,0</b>	<b>11,6%</b>	<b>13.919,2</b>	<b>11,5%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>67.565,2</b>	<b>80.583,1</b>	<b>13.017,9</b>	<b>19,3%</b>	<b>12.950,3</b>	<b>19,1%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	3.862,6	4.236,3	373,7	9,7%	369,8	9,6%
I.1.2 IPI	4.854,8	4.444,2	-410,6	-8,5%	-415,5	-8,5%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	23.117,2	33.896,3	10.779,1	46,6%	10.755,9	46,5%
I.1.4 IOF	3.593,7	3.325,9	-267,8	-7,5%	-271,4	-7,5%
I.1.5 COFINS	19.501,4	20.043,3	541,9	2,8%	522,4	2,7%
I.1.6 PIS/PASEP	5.261,9	5.301,2	39,2	0,7%	34,0	0,6%
I.1.7 CSLL	4.019,0	8.948,1	4.929,2	122,6%	4.925,1	122,4%
I.1.8 CIDE Combustíveis	213,6	243,9	30,3	14,2%	30,1	14,1%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	3.140,9	143,9	-2.997,1	-95,4%	-3.000,2	-95,4%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>32.577,2</b>	<b>33.947,1</b>	<b>1.369,9</b>	<b>4,2%</b>	<b>1.337,3</b>	<b>4,1%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>20.616,2</b>	<b>20.268,4</b>	<b>-347,8</b>	<b>-1,7%</b>	<b>-368,4</b>	<b>-1,8%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	2.573,6	206,4	-2.367,3	-92,0%	-2.369,9	-92,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	5.160,6	2.351,7	-2.809,0	-54,4%	-2.814,1	-54,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.052,4	1.030,5	-21,9	-2,1%	-23,0	-2,2%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	2.816,7	10.386,6	7.570,0	268,8%	7.567,1	268,4%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	1.139,1	1.308,3	169,2	14,8%	168,0	14,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.688,3	1.699,8	11,5	0,7%	9,8	0,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	489,8	409,1	-80,8	-16,5%	-81,3	-16,6%
I.4.8 Operações com Ativos	86,3	88,1	1,7	2,0%	1,7	1,9%
I.4.9 Demais Receitas	5.609,3	2.788,1	-2.821,2	-50,3%	-2.826,8	-50,3%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.781,9</b>	<b>18.178,1</b>	<b>396,3</b>	<b>2,2%</b>	<b>378,5</b>	<b>2,1%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>14.306,6</b>	<b>13.153,6</b>	<b>-1.153,0</b>	<b>-8,1%</b>	<b>-1.167,3</b>	<b>-8,2%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>798,2</b>	<b>792,3</b>	<b>-5,9</b>	<b>-0,7%</b>	<b>-6,7</b>	<b>-0,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	872,9	1.001,1	128,2	14,7%	127,3	14,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-74,7	-208,8	-134,1	179,6%	-134,0	179,3%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>948,8</b>	<b>939,1</b>	<b>-9,7</b>	<b>-1,0%</b>	<b>-10,7</b>	<b>-1,1%</b>
<b>II.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>1.615,9</b>	<b>2.294,8</b>	<b>678,9</b>	<b>42,0%</b>	<b>677,3</b>	<b>41,9%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>0,0</b>	<b>193,6</b>	<b>193,6</b>	<b>-</b>	<b>193,6</b>	<b>-</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>112,3</b>	<b>804,7</b>	<b>692,4</b>	<b>616,4%</b>	<b>692,3</b>	<b>615,7%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>102.976,8</b>	<b>116.620,5</b>	<b>13.643,7</b>	<b>13,2%</b>	<b>13.540,7</b>	<b>13,1%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>123.448,2</b>	<b>107.947,0</b>	<b>-15.501,2</b>	<b>-12,6%</b>	<b>-15.624,7</b>	<b>-12,6%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>66.096,1</b>	<b>48.581,8</b>	<b>-17.514,3</b>	<b>-26,5%</b>	<b>-17.580,4</b>	<b>-26,6%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>23.699,8</b>	<b>23.719,1</b>	<b>19,3</b>	<b>0,1%</b>	<b>-4,4</b>	<b>0,0%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>13.238,8</b>	<b>13.528,3</b>	<b>289,5</b>	<b>2,2%</b>	<b>276,3</b>	<b>2,1%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.476,9	4.709,5	232,7	5,2%	228,2	5,1%
IV.3.2 Anistiados	12,7	12,0	-0,7	-5,5%	-0,7	-5,6%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	56,2	54,2	-2,0	-3,5%	-2,0	-3,6%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.014,6	5.015,9	1,3	0,0%	-3,7	-0,1%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	489,8	409,1	-80,8	-16,5%	-81,3	-16,6%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	50,7	150,1	99,4	195,9%	99,3	195,6%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	685,8	631,5	-54,3	-7,9%	-55,0	-8,0%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	92,5	109,3	16,8	18,2%	16,7	18,0%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	1.016,2	1.016,2	0,0	0,0%	-1,0	-0,1%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	157,9	185,7	27,9	17,6%	27,7	17,5%
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	886,5	925,3	38,8	4,4%	37,9	4,3%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	147,2	230,5	83,2	56,5%	83,1	56,4%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	113,605	57,4	-56,2	-49,5%	-56,3	-49,5%
IV.3.16 Transferências ANA	28,8	30,8	2,0	7,1%	2,0	7,0%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	69,9	61,5	-8,4	-12,0%	-8,5	-12,1%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	-60,5	-70,7	-10,2	16,9%	-10,2	16,8%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>	<b>20.413,5</b>	<b>22.117,8</b>	<b>1.704,3</b>	<b>8,3%</b>	<b>1.683,9</b>	<b>8,2%</b>
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	12.376,5	12.154,4	-222,2	-1,8%	-234,5	-1,9%
IV.4.2 Discricionárias	8.036,9	9.963,4	1.926,4	24,0%	1.918,4	23,8%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-20.471,5</b>	<b>8.673,4</b>	<b>29.144,9</b>	<b>-</b>	<b>29.165,4</b>	<b>-</b>
<b>VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU</b>	<b>445,6</b>					
<b>VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA</b>	<b>-449,3</b>					
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-155,9</b>					
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-20.631,1</b>					
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-20.625,0</b>					
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-41.256,1</b>					

Tabela 3.2. Receitas Primárias do Governo Central - Mensal

Discriminação	R\$ Milhões - A Preços Correntes					
	2019		Variação Nominal		Variação Real	
	Setembro	Outubro	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>120.758,6</b>	<b>134.798,6</b>	<b>14.040,0</b>	<b>11,6%</b>	<b>-566,3</b>	<b>-0,4%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>67.565,2</b>	<b>80.583,1</b>	<b>13.017,9</b>	<b>19,3%</b>	<b>-601,3</b>	<b>-0,7%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	3.862,6	4.236,3	373,7	9,7%	192,1	4,8%
I.1.2 IPI	4.854,8	4.444,2	-410,6	-8,5%	-499,9	-10,1%
I.1.2.1 IPI - Fumo	551,2	270,0	-281,2	-51,0%	-162,4	-37,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	285,0	330,4	45,3	15,9%	99,5	43,1%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	471,7	464,2	-7,5	-1,6%	-287,8	-38,3%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	1.677,7	1.883,4	205,6	12,3%	29,0	1,6%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.869,1	1.496,4	-372,8	-19,9%	-178,2	-10,6%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	23.117,2	33.896,3	10.779,1	46,6%	3.514,2	11,6%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.840,2	2.936,3	96,0	3,4%	449,4	18,1%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	6.156,4	16.205,2	10.048,8	163,2%	3.232,4	24,9%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.120,6	14.754,8	634,2	4,5%	-167,6	-1,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.290,9	7.647,6	356,7	4,9%	288,9	3,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.606,1	3.126,9	-479,2	-13,3%	-141,9	-4,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.151,9	2.953,1	801,2	37,2%	-341,0	-10,4%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.071,6	1.027,2	-44,4	-4,1%	26,4	2,6%
I.1.4 IOF	3.593,7	3.325,9	-267,8	-7,5%	226,2	7,3%
I.1.5 Cofins	19.501,4	20.043,3	541,9	2,8%	-3.027,9	-13,1%
I.1.6 PIS/PASEP	5.261,9	5.301,2	39,2	0,7%	-456,5	-7,9%
I.1.7 CSLL	0,0	8.948,1	8.948,1	-	1.473,0	19,7%
I.1.8 CIDE Combustíveis	213,6	243,9	30,3	14,2%	7,3	3,1%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	3.140,9	143,9	-2.997,1	-95,4%	-2.029,9	-93,4%
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>32.577,2</b>	<b>33.947,1</b>	<b>1.369,9</b>	<b>4,2%</b>	<b>1.096,1</b>	<b>3,3%</b>
I.3.1 Urbana	31.861,7	33.274,5	1.412,8	4,4%	1.172,6	3,7%
I.3.2 Rural	715,5	672,6	-42,9	-6,0%	-76,5	-10,2%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>20.616,2</b>	<b>20.268,4</b>	<b>-347,8</b>	<b>-1,7%</b>	<b>-1.061,1</b>	<b>-5,0%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	2.573,6	206,4	-2.367,3	-92,0%	-1.490,7	-87,8%
I.4.2 Dividendos e Participações	5.160,6	2.351,7	-2.809,0	-54,4%	2.254,0	-
I.4.2.1 Banco do Brasil	338,6	0,0	-338,6	-100,0%	0,0	-
I.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.3 BNDES	1.819,6	1.459,7	-360,0	-19,8%	1.459,7	-
I.4.2.4 Caixa	3.000,0	0,0	-3.000,0	-100,0%	0,0	-
I.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.4.2.8 Petrobras	0,0	748,1	748,1	-	748,1	-
I.4.2.9 Demais	2,4	143,9	141,5	-	46,3	47,4%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.052,4	1.030,5	-21,9	-2,1%	-41,8	-3,9%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	2.816,7	10.386,6	7.570,0	268,8%	-1.643,4	-13,7%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	1.139,1	1.308,3	169,2	14,8%	-81,4	-5,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.688,3	1.699,8	11,5	0,7%	54,8	3,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	489,8	409,1	-80,8	-16,5%	21,7	5,6%
I.4.8 Operações com Ativos	86,3	88,1	1,7	2,0%	-1,4	-1,6%
I.4.9 Demais Receitas	5.609,3	2.788,1	-2.821,2	-50,3%	-133,0	-4,6%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.781,9</b>	<b>18.178,1</b>	<b>396,3</b>	<b>2,2%</b>	<b>549,1</b>	<b>3,1%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>14.306,6</b>	<b>13.153,6</b>	<b>-1.153,0</b>	<b>-8,1%</b>	<b>66,5</b>	<b>0,5%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>798,2</b>	<b>792,3</b>	<b>-5,9</b>	<b>-0,7%</b>	<b>50,2</b>	<b>6,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	872,9	1.001,1	128,2	14,7%	72,5	7,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-74,7	-208,8	-134,1	179,6%	-22,3	12,0%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>948,8</b>	<b>939,1</b>	<b>-9,7</b>	<b>-1,0%</b>	<b>-69,4</b>	<b>-6,9%</b>
<b>II.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>1.615,9</b>	<b>2.294,8</b>	<b>678,9</b>	<b>42,0%</b>	<b>541,7</b>	<b>30,9%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>0,0</b>	<b>193,6</b>	<b>193,6</b>	<b>-</b>	<b>1,3</b>	<b>0,7%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>112,3</b>	<b>804,7</b>	<b>692,4</b>	<b>616,4%</b>	<b>-41,1</b>	<b>-4,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>102.976,8</b>	<b>116.620,5</b>	<b>13.643,7</b>	<b>13,2%</b>	<b>-1.115,4</b>	<b>-0,9%</b>

Tabela 3.3. Despesas Primárias do Governo Central - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2019		Variação Nominal		Variação Real	
	Setembro	Outubro	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>123.448,2</b>	<b>107.947,0</b>	<b>-15.501,2</b>	<b>-12,6%</b>	<b>-15.624,7</b>	<b>-12,6%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>66.096,1</b>	<b>48.581,8</b>	<b>-17.514,3</b>	<b>-26,5%</b>	<b>-17.580,4</b>	<b>-26,6%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	53.919,2	38.502,3	-15.417,0	-28,6%	-15.470,9	-28,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	986,4	927,4	-59,0	-6,0%	-60,0	-6,1%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	12.176,9	10.079,5	-2.097,3	-17,2%	-2.109,5	-17,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	223,9	244,3	20,3	9,1%	20,1	9,0%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>23.699,8</b>	<b>23.719,1</b>	<b>19,3</b>	<b>0,1%</b>	<b>-4,4</b>	<b>0,0%</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	139,8	182,8	43,0	30,8%	42,9	30,6%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>13.238,8</b>	<b>13.528,3</b>	<b>289,5</b>	<b>2,2%</b>	<b>276,3</b>	<b>2,1%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.476,9	4.709,5	232,7	5,2%	228,2	5,1%
Abono	1.305,3	1.600,3	295,0	22,6%	293,7	22,5%
Seguro Desemprego	3.171,5	3.109,2	-62,3	-2,0%	-65,5	-2,1%
d/q Seguro Defeso	69,4	49,5	-19,8	-28,6%	-19,9	-28,6%
IV.3.2 Anistiados	12,7	12,0	-0,7	-5,5%	-0,7	-5,6%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	56,2	54,2	-2,0	-3,5%	-2,0	-3,6%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.014,6	5.015,9	1,3	0,0%	-3,7	-0,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	108,4	98,6	-9,7	-9,0%	-9,9	-9,1%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	489,8	409,1	-80,7	-16,5%	-81,3	-16,6%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	50,7	150,1	99,4	195,9%	99,3	195,6%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	685,8	631,5	-54,3	-7,9%	-55,0	-8,0%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	92,5	109,3	16,8	18,2%	16,7	18,0%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	1.016,2	1.016,2	0,0	0,0%	-1,0	-0,1%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	157,9	185,7	27,9	17,6%	27,7	17,5%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	886,5	925,3	38,8	4,4%	37,9	4,3%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	147,2	230,5	83,2	56,5%	83,1	56,4%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	113,605	57,4	-56,2	-49,5%	-56,3	-49,5%
Equalização de custeio agropecuário	18,338	12,2	-6,1	-33,2%	-6,1	-33,3%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	0,268	0,2	-0,1	-31,8%	-0,1	-31,8%
Política de preços agrícolas	11,065	10,9	-0,2	-1,5%	-0,2	-1,6%
Pronaf	6,760	3,3	-3,4	-50,8%	-3,4	-50,9%
Proex	37,168	-53,3	-90,5	-	-90,5	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,094	0,6	0,5	518,6%	0,5	518,0%
Fundo da terra/ INCRA	34,620	88,5	53,9	155,6%	53,8	155,3%
Funcafé	1,538	1,1	-0,5	-31,6%	-0,5	-31,6%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,931	0,9	-0,1	-6,2%	-0,1	-6,2%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,000	-12,2	-12,2	-	-12,2	-
Sudene	0,000	0,0	0,0	-	0,0	-
Proagro	0,000	0,0	0,0	-	0,0	-
Outros Subsídios e Subvenções	2,823	5,2	2,4	83,4%	2,4	83,2%
IV.3.16 Transferências ANA	28,8	30,8	2,0	7,1%	2,0	7,0%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	69,9	61,5	-8,4	-12,0%	-8,5	-12,1%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	-60,5	-70,7	-10,2	16,9%	-10,2	16,8%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>	<b>20.413,5</b>	<b>22.117,8</b>	<b>1.704,3</b>	<b>8,3%</b>	<b>1.683,9</b>	<b>8,2%</b>
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	12.376,5	12.154,4	-222,2	-1,8%	-234,5	-1,9%
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.145,6	1.145,9	0,3	0,0%	-0,9	-0,1%
IV.4.1.2 Bolsa Família	2.468,9	2.447,2	-21,7	-0,9%	-24,2	-1,0%
IV.4.1.3 Saúde	7.367,6	7.727,3	359,7	4,9%	352,3	4,8%
IV.4.1.4 Educação	793,6	541,4	-252,3	-31,8%	-253,0	-31,9%
IV.4.1.5 Demais	600,7	292,6	-308,1	-51,3%	-308,7	-51,3%
IV.4.2 Discricionárias	8.036,9	9.963,4	1.926,4	24,0%	1.918,4	23,8%
IV.4.2.1 Saúde	2.191,1	2.256,2	65,1	3,0%	62,9	2,9%
IV.4.2.2 Educação	1.401,6	2.095,0	693,4	49,5%	692,0	49,3%
IV.4.2.3 Defesa	737,0	1.367,8	630,8	85,6%	630,0	85,4%
IV.4.2.4 Transporte	746,6	942,2	195,6	26,2%	194,9	26,1%
IV.4.2.5 Administração	304,4	851,6	547,2	179,8%	546,9	179,5%
IV.4.2.6 Ciência e Tecnologia	212,6	273,7	61,1	28,8%	60,9	28,6%
IV.4.2.7 Segurança Pública	244,3	257,9	13,6	5,6%	13,3	5,5%
IV.4.2.8 Assistência Social	90,8	237,7	146,9	161,8%	146,8	161,6%
IV.4.2.9 Demais	2.108,5	1.681,2	-427,4	-20,3%	-429,5	-20,3%
<b>Memorando 1</b>						
Outras Despesas de Custeio e Capital	24.015,2	25.824,6	1.809,5	7,5%	1.785,4	7,4%
Outras Despesas de Custeio	20.867,7	22.288,3	1.420,7	6,8%	1.399,8	6,7%
Investimento	3.147,5	3.536,3	388,8	12,4%	385,6	12,2%
<b>Memorando 2</b>						
PAC	1.928,7	2.181,1	252,4	13,1%	250,4	13,0%
d/q Minha Casa Minha Vida	536,0	89,5	-446,5	-83,3%	-447,1	-83,3%

Tabela 4.1. Transf. e despesas primárias do Gov. Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real (IPCA)	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>17.274,07</b>	<b>18.255,15</b>	<b>981,08</b>	<b>5,7%</b>	<b>543,18</b>	<b>3,1%</b>
<b>I.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>12.763,59</b>	<b>13.153,64</b>	<b>390,05</b>	<b>3,1%</b>	<b>66,49</b>	<b>0,5%</b>
<b>I.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>804,69</b>	<b>792,29</b>	<b>12,40</b>	<b>-1,5%</b>	<b>32,79</b>	<b>-4,0%</b>
I.2.1 Repasse Total	986,54	1.001,06	14,52	1,5%	10,49	-1,0%
I.2.2 Superávit dos Fundos	181,85	208,77	26,92	14,8%	22,31	12,0%
<b>I.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>983,62</b>	<b>939,11</b>	<b>44,51</b>	<b>-4,5%</b>	<b>69,44</b>	<b>-6,9%</b>
<b>I.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>1.709,74</b>	<b>2.371,81</b>	<b>662,07</b>	<b>38,7%</b>	<b>618,73</b>	<b>35,3%</b>
<b>I.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>187,59</b>	<b>193,61</b>	<b>6,02</b>	<b>3,2%</b>	<b>1,27</b>	<b>0,7%</b>
<b>I.6 Demais</b>	<b>824,85</b>	<b>804,69</b>	<b>20,17</b>	<b>-2,4%</b>	<b>41,08</b>	<b>-4,9%</b>
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-
I.6.3 IOF Ouro	1,70	2,90	1,20	71,0%	1,16	66,8%
I.6.4 ITR	823,16	801,79	21,37	-2,6%	42,24	-5,0%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>105.643,57</b>	<b>107.839,76</b>	<b>2.196,20</b>	<b>2,1%</b>	<b>481,90</b>	<b>-0,4%</b>
<b>II.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>45.310,05</b>	<b>48.550,12</b>	<b>3.240,06</b>	<b>7,2%</b>	<b>2.091,44</b>	<b>4,5%</b>
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	35.028,89	37.569,95	2.541,06	7,3%	1.653,07	4,6%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.307,43	9.808,66	501,23	5,4%	265,28	2,8%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	973,73	1.171,51	197,77	20,3%	173,09	17,3%
<b>II.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>22.616,69</b>	<b>23.691,08</b>	<b>1.074,39</b>	<b>4,8%</b>	<b>501,05</b>	<b>2,2%</b>
II.2.1 Ativo Civil	10.209,36	10.358,31	148,95	1,5%	109,86	-1,0%
II.2.2 Ativo Militar	2.105,66	2.254,23	148,57	7,1%	95,19	4,4%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.383,81	6.904,22	520,42	8,2%	358,59	5,5%
II.2.4 Reformas e pensões militares	3.746,67	4.011,14	264,47	7,1%	169,49	4,4%
II.2.5 Outros	171,19	163,17	8,02	-4,7%	12,36	-7,0%
<b>II.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>14.656,31</b>	<b>13.537,26</b>	<b>1.119,05</b>	<b>-7,6%</b>	<b>1.490,59</b>	<b>-9,9%</b>
II.3.1 Abono e seguro desemprego	4.702,34	4.709,51	7,16	0,2%	112,04	-2,3%
II.3.2 Anistiados	11,84	12,01	0,17	1,4%	0,13	-1,1%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	-	-	-	-	-	-
II.3.4 Auxílio CDE	-	-	-	-	-	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	52,34	54,92	2,58	4,9%	1,25	2,3%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.707,76	5.015,92	308,16	6,5%	188,82	3,9%
II.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	377,80	409,05	31,26	8,3%	21,68	5,6%
II.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	129,52	148,59	19,08	14,7%	15,79	11,9%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.065,17	631,53	-433,64	-40,7%	460,64	-42,2%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	36,32	33,40	-2,92	-8,0%	3,84	-10,3%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	105,27	109,31	4,03	3,8%	1,37	1,3%
II.3.12 Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,93	1.016,15	52,23	5,4%	27,79	2,8%
II.3.13 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	145,60	185,72	40,12	27,6%	36,43	24,4%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU (Custeio e Capital)	1.191,02	926,41	-264,61	-22,2%	294,81	-24,1%
II.3.15 Lei Kandir e FEX	159,17	-	159,17	-100,0%	163,20	-100,0%
II.3.16 Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	-	-	-	-	-	-
II.3.17 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	158,03	230,56	72,53	45,9%	68,53	42,3%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	582,38	57,40	-524,98	-90,1%	539,74	-90,4%
Equalização de custeio agropecuário	11,71	12,24	0,54	4,6%	0,24	2,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	7,81	0,18	-7,63	-97,7%	7,83	-97,7%
Política de Preços Agrícolas	78,06	10,90	-67,16	-86,0%	69,14	-86,4%
Pronaf	10,11	3,33	-6,78	-67,1%	7,04	-67,9%
Proex	161,21	53,30	-107,91	-67,0%	218,60	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	52,96	0,58	-52,38	-98,9%	53,73	-98,9%
Fundo da terra/ INCRA	55,87	88,48	32,61	58,4%	31,19	54,5%
Funcafé	11,54	1,05	-10,49	-90,9%	10,78	-91,1%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	1,30	0,87	-0,43	-32,8%	0,46	-34,4%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,01	12,16	12,15	-	12,15	-
Sudene	169,09	0,05	-169,04	-100,0%	173,32	-
Proagro	30,00	-	30,00	-100,0%	30,76	-100,0%
Outros Subsídios e Subvenções	7,26	5,18	-2,08	-28,7%	12,63	-
II.3.20 Transferências ANA	29,92	5,92	-24,00	-80,2%	24,76	-80,7%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	137,19	61,55	-75,64	-55,1%	79,12	-56,2%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	100,71	70,69	-30,02	-29,8%	173,96	-
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	-	-	-	-
<b>II.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>23.060,51</b>	<b>22.061,31</b>	<b>999,20</b>	<b>-4,3%</b>	<b>1.583,79</b>	<b>-6,7%</b>
II.4.1 Obrigatórias	11.638,70	12.162,19	523,49	4,5%	228,44	1,9%
II.4.2 Discricionárias	11.421,81	9.899,12	-1.522,69	-13,3%	1.812,24	-15,5%
<b>Memorando:</b>						
<b>III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOV. CENTRAL (I+II)</b>	<b>122.917,63</b>	<b>126.094,91</b>	<b>3.177,28</b>	<b>2,6%</b>	<b>61,28</b>	<b>0,0%</b>
<b>IV. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)</b>	<b>18.934,29</b>	<b>19.879,11</b>	<b>944,81</b>	<b>5,0%</b>	<b>464,82</b>	<b>2,4%</b>
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	18.523,45	19.726,97	1.203,52	6,5%	733,95	3,9%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	12.763,59	13.153,64	390,05	3,1%	66,49	0,5%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	983,62	939,11	44,51	-4,5%	69,44	-6,9%
IV.1.3 Exploração de Recursos Naturais	1.709,74	2.371,81	662,07	38,7%	618,73	35,3%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	187,59	193,61	6,02	3,2%	1,27	0,7%
IV.1.5 Demais	2.878,92	3.068,80	189,88	6,6%	116,90	4,0%
IOF Ouro	1,70	2,90	1,20	71,0%	1,16	66,8%
ITR	823,16	801,79	21,37	-2,6%	42,24	-5,0%
Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,93	1.016,15	52,23	5,4%	27,79	2,8%
Fundo Constitucional DF - FCDF	1.090,14	1.247,96	157,82	14,5%	130,19	11,6%
FCDF - Custeio e Capital	145,60	185,72	40,12	27,6%	36,43	24,4%
FCDF - Pessoal	944,54	1.062,24	117,70	12,5%	93,76	9,7%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	132,15	154,40	22,25	16,8%	18,90	13,9%
d/q Impacto Primário do FIES	-	-	-	-	-	-
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	238,85	2,63	-236,22	-98,9%	242,27	-98,9%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	184,71	2,21	-182,50	-98,8%	187,19	-98,8%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	54,14	0,43	-53,71	-99,2%	55,09	-99,2%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	39,84	4,90	-34,94	-87,7%	45,75	-
<b>V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)</b>	<b>103.983,34</b>	<b>106.215,80</b>	<b>2.232,46</b>	<b>2,1%</b>	<b>403,54</b>	<b>-0,4%</b>

Tabela 4.2. Transf. e despesas primárias do Gov. Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Acum. no Ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>203.963,63</b>	<b>221.792,72</b>	<b>17.829,09</b>	<b>8,7%</b>	<b>10.243,23</b>	<b>4,8%</b>
<b>I.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>157.124,26</b>	<b>170.209,35</b>	<b>13.085,09</b>	<b>8,3%</b>	<b>7.211,76</b>	<b>4,4%</b>
<b>I.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>6.876,02</b>	<b>8.049,48</b>	<b>1.173,45</b>	<b>17,1%</b>	<b>929,19</b>	<b>13,0%</b>
I.2.1 Repasse Total	10.123,62	11.012,38	888,76	8,8%	508,10	4,8%
I.2.2 Superávit dos Fundos	3.247,60	2.962,91	284,69	-8,8%	421,09	-12,4%
<b>I.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>10.393,53</b>	<b>10.373,24</b>	<b>20,29</b>	<b>-0,2%</b>	<b>411,09</b>	<b>-3,8%</b>
<b>I.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>26.953,68</b>	<b>31.113,04</b>	<b>4.159,36</b>	<b>15,4%</b>	<b>3.176,39</b>	<b>11,3%</b>
<b>I.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>1.356,76</b>	<b>820,84</b>	<b>535,93</b>	<b>-39,5%</b>	<b>593,40</b>	<b>-41,8%</b>
<b>I.6 Demais</b>	<b>1.259,37</b>	<b>1.226,77</b>	<b>32,60</b>	<b>-2,6%</b>	<b>69,60</b>	<b>-5,3%</b>
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,67	0,40	0,27	-40,6%	0,30	-42,6%
I.6.2 Concurso de Prognóstico	73,09	-	73,09	-100,0%	76,86	-100,0%
I.6.3 IOF Ouro	12,26	20,11	7,84	64,0%	7,43	58,2%
I.6.4 ITR	1.083,38	1.107,32	23,94	2,2%	5,58	-0,5%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	89,97	98,95	8,98	10,0%	5,71	6,0%
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.085.191,26</b>	<b>1.116.345,90</b>	<b>31.154,64</b>	<b>2,9%</b>	<b>9.318,65</b>	<b>-0,8%</b>
<b>II.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>474.756,31</b>	<b>506.112,23</b>	<b>31.355,93</b>	<b>6,6%</b>	<b>13.786,47</b>	<b>2,8%</b>
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	364.246,26	388.099,88	23.853,63	6,5%	10.462,63	2,8%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	97.296,00	101.805,13	4.509,13	4,6%	830,80	0,8%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	13.214,05	16.207,22	2.993,17	22,7%	2.493,04	18,0%
<b>II.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>236.691,19</b>	<b>250.439,68</b>	<b>13.748,48</b>	<b>5,8%</b>	<b>4.968,35</b>	<b>2,0%</b>
II.2.1 Ativo Civil	103.431,10	109.388,97	5.957,87	5,8%	2.159,29	2,0%
II.2.2 Ativo Militar	22.248,58	23.397,13	1.148,55	5,2%	314,50	1,4%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	66.198,00	70.553,58	4.355,58	6,6%	1.898,51	2,7%
II.2.4 Reformas e pensões militares	38.754,80	41.268,76	2.513,96	6,5%	1.074,58	2,7%
II.2.5 Outros	6.058,72	5.831,24	-227,48	-3,8%	478,54	-7,5%
<b>II.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>168.306,14</b>	<b>164.184,13</b>	<b>4.122,00</b>	<b>-2,4%</b>	<b>10.549,98</b>	<b>-6,0%</b>
II.3.1 Abono e seguro desemprego	45.615,85	46.531,45	915,59	2,0%	779,23	-1,6%
II.3.2 Anistiados	138,26	131,70	-6,56	-4,7%	11,93	-8,3%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	-	-	-	-	51,01	-
II.3.4 Auxílio CDE	-	-	-	-	-	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	519,42	635,52	116,10	22,4%	97,49	18,0%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	46.728,44	49.611,19	2.882,75	6,2%	1.146,32	2,3%
II.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.232,52	4.646,80	414,27	9,8%	256,29	5,8%
II.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.084,02	3.081,48	997,46	47,9%	977,53	45,5%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.738,07	8.821,52	-2.916,55	-24,8%	3.391,53	-27,6%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	198,74	155,93	-42,81	-21,5%	50,68	-24,4%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	701,81	701,71	-0,10	0,0%	26,36	-3,6%
II.3.12 Fundef/Fundeb - Complementação da União	11.886,84	12.889,40	1.002,57	8,4%	559,49	4,5%
II.3.13 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	1.245,18	1.306,32	61,14	4,9%	14,23	1,1%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU (Custeio e Capital)	10.163,97	8.877,23	-1.286,74	-12,7%	1.674,14	-15,8%
II.3.15 Lei Kandir e FEX	1.591,67	-	1.591,67	-100,0%	1.533,65	-92,3%
II.3.16 Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	-	-	-	-	-	-
II.3.17 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	13.501,54	14.902,57	1.401,02	10,4%	758,73	5,3%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	13.113,36	10.022,14	-3.091,22	-23,6%	3.596,04	-26,2%
Equalização de custeio agropecuário	1.116,16	1.111,15	-5,01	-0,4%	47,08	-4,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.577,53	1.571,44	-6,09	-0,4%	64,28	-3,9%
Política de Preços Agrícolas	479,41	92,34	-387,07	-80,7%	405,03	-81,2%
Pronaf	2.858,51	2.626,42	-232,09	-8,1%	340,44	-11,4%
Proex	360,45	280,25	-80,20	-22,3%	95,80	-25,3%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	542,00	311,40	-230,60	-42,5%	250,40	-44,3%
Fundo da terra/ INCRA	303,19	159,87	-143,32	-47,3%	153,23	-48,8%
Funcafé	74,32	35,78	-38,54	-51,9%	41,71	-53,6%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.007,09	3.259,99	-1.747,10	-34,9%	1.951,12	-37,1%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	339,91	362,30	22,39	6,6%	6,39	1,8%
Sudene	340,89	15,68	-325,21	-95,4%	334,38	-98,2%
Proagro	131,50	210,82	79,32	60,3%	77,54	57,1%
Outros Subsídios e Subvenções	17,61	15,30	-2,31	-13,1%	38,19	-
II.3.20 Transferências ANA	248,47	25,31	-223,15	-89,8%	233,70	-90,1%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	743,31	688,56	-54,75	-7,4%	83,59	-10,8%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	2.139,43	1.155,30	-984,13	-46,0%	1.075,60	-48,1%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	1.715,23	-	1.715,23	-100,0%	746,70	-42,1%
<b>II.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>205.437,62</b>	<b>195.609,86</b>	<b>9.827,76</b>	<b>-4,8%</b>	<b>17.523,49</b>	<b>-8,2%</b>
II.4.1 Obrigatórias	110.450,37	113.556,03	3.105,66	2,8%	1.009,61	-0,9%
II.4.2 Discrecionárias	94.987,25	82.053,83	-12.933,42	-13,6%	16.513,87	-16,7%
<b>Memorando:</b>						
<b>III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOV. CENTRAL (I+II)</b>	<b>1.289.154,89</b>	<b>1.338.138,62</b>	<b>48.983,73</b>	<b>3,8%</b>	<b>924,58</b>	<b>0,1%</b>
<b>IV. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)</b>	<b>224.717,23</b>	<b>241.136,53</b>	<b>16.419,30</b>	<b>7,3%</b>	<b>8.091,99</b>	<b>3,4%</b>
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	219.499,78	237.455,36	17.955,58	8,2%	9.771,53	4,3%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	157.124,26	170.209,35	13.085,09	8,3%	7.211,76	4,4%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	10.393,53	10.373,24	-20,29	-0,2%	411,09	-3,8%
IV.1.3 Exploração de Recursos Naturais	26.953,68	31.113,04	4.159,36	15,4%	3.176,39	11,3%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	1.356,76	820,84	-535,93	-39,5%	593,40	-41,8%
IV.1.5 Demais	23.671,55	24.938,90	1.267,35	5,4%	387,88	1,6%
IOF Ouro	12,26	20,11	7,84	64,0%	7,43	58,2%
ITR	1.083,38	1.107,32	23,94	2,2%	5,58	-0,5%
Fundef/Fundeb - Complementação da União	11.886,84	12.889,40	1.002,57	8,4%	559,49	4,5%
Fundo Constitucional DF - FCDF	10.689,07	10.922,07	233,01	2,2%	173,46	-1,6%
FCDF - Custeio e Capital	1.245,18	1.306,32	61,14	4,9%	14,23	1,1%
FCDF - Pessoal	9.443,89	9.615,75	171,86	1,8%	187,69	-1,9%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	2.129,80	3.115,70	985,90	46,3%	964,16	43,9%
d/q Impacto Primário do FIES	0,00	0,00	0,00	2,6%	0,00	-1,3%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	467,57	119,15	-348,42	-74,5%	361,43	-75,0%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	386,66	92,19	-294,48	-76,2%	305,69	-76,7%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	80,90	26,96	-53,94	-66,7%	55,73	-67,0%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	2.620,08	446,32	-2.173,76	-83,0%	2.282,27	-83,6%
<b>V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)</b>	<b>1.064.437,65</b>	<b>1.097.002,09</b>	<b>32.564,43</b>	<b>3,1%</b>	<b>7.167,41</b>	<b>-0,6%</b>

Tabela 5.1. Transf. e despesas primárias do Gov. Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes

	Outubro		Variação Nominal	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>122.917,63</b>	<b>126.094,91</b>	<b>3.177,28</b>	<b>2,6%</b>
<b>I.1 Poder Executivo</b>	<b>118.174,27</b>	<b>121.309,60</b>	<b>3.135,33</b>	<b>2,7%</b>
<b>I.2 Poder Legislativo</b>	<b>847,15</b>	<b>900,48</b>	<b>53,32</b>	<b>6,3%</b>
I.2.1 Câmara dos Deputados	401,31	428,92	27,61	6,9%
I.2.2 Senado Federal	301,58	316,96	15,38	5,1%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	144,26	154,60	10,34	7,2%
<b>I.3 Poder Judiciário</b>	<b>3.381,48</b>	<b>3.363,57</b>	<b>- 17,91</b>	<b>-0,5%</b>
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	45,75	53,01	7,26	15,9%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	110,55	116,18	5,63	5,1%
I.3.3 Justiça Federal	804,62	870,17	65,55	8,1%
I.3.4 Justiça Militar da União	38,05	40,26	2,21	5,8%
I.3.5 Justiça Eleitoral	797,26	578,36	- 218,90	-27,5%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.393,83	1.495,48	101,65	7,3%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	181,66	197,68	16,02	8,8%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	9,74	12,42	2,68	27,6%
<b>I.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>41,71</b>	<b>41,75</b>	<b>0,05</b>	<b>0,1%</b>
<b>I.5 Ministério Público da União</b>	<b>473,03</b>	<b>479,51</b>	<b>6,48</b>	<b>1,4%</b>
I.5.1 Ministério Público da União	465,94	473,04	7,11	1,5%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	7,10	6,47	- 0,63	-8,9%
<b>Memorando:</b>				
<b>II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016</b>	<b>103.983,34</b>	<b>106.215,80</b>	<b>2.232,46</b>	<b>2,1%</b>
<b>II.1 Poder Executivo</b>	<b>99.478,82</b>	<b>101.433,13</b>	<b>1.954,30</b>	<b>2,0%</b>
<b>II.2 Poder Legislativo</b>	<b>847,15</b>	<b>900,48</b>	<b>53,32</b>	<b>6,3%</b>
II.2.1 Câmara dos Deputados	401,31	428,92	27,61	6,9%
II.2.2 Senado Federal	301,58	316,96	15,38	5,1%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	144,26	154,60	10,34	7,2%
<b>II.3 Poder Judiciário</b>	<b>3.142,62</b>	<b>3.360,94</b>	<b>218,31</b>	<b>6,9%</b>
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	45,75	53,01	7,26	15,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	110,55	116,18	5,63	5,1%
II.3.3 Justiça Federal	804,62	870,17	65,55	8,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	38,05	40,26	2,21	5,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	558,41	575,72	17,31	3,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.393,83	1.495,48	101,65	7,3%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	181,66	197,68	16,02	8,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	9,74	12,42	2,68	27,6%
<b>II.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>41,71</b>	<b>41,75</b>	<b>0,05</b>	<b>0,1%</b>
<b>II.5 Ministério Público da União</b>	<b>473,03</b>	<b>479,51</b>	<b>6,48</b>	<b>1,4%</b>
II.5.1 Ministério Público da União	465,94	473,04	7,11	1,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	7,10	6,47	- 0,63	-8,9%

Tabela 5.2. Transf. e despesas primárias do Gov. Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Acum. no Ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes

	Jan-Out		Variação Nominal	
	2018	2019	R\$ Milhões	Var. %
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.289.154,89</b>	<b>1.338.138,62</b>	<b>48.983,73</b>	<b>3,8%</b>
<b>I.1 Poder Executivo</b>	<b>1.242.396,07</b>	<b>1.288.832,04</b>	<b>46.435,97</b>	<b>3,7%</b>
<b>I.2 Poder Legislativo</b>	<b>8.844,97</b>	<b>9.479,65</b>	<b>634,68</b>	<b>7,2%</b>
I.2.1 Câmara dos Deputados	4.188,30	4.464,71	276,42	6,6%
I.2.2 Senado Federal	3.170,23	3.413,51	243,29	7,7%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	1.486,44	1.601,42	114,98	7,7%
<b>I.3 Poder Judiciário</b>	<b>32.669,04</b>	<b>34.271,73</b>	<b>1.602,69</b>	<b>4,9%</b>
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	470,35	537,02	66,67	14,2%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.068,95	1.130,74	61,79	5,8%
I.3.3 Justiça Federal	8.329,78	8.808,07	478,29	5,7%
I.3.4 Justiça Militar da União	387,23	415,07	27,84	7,2%
I.3.5 Justiça Eleitoral	5.814,88	5.813,99	-	0,0%
I.3.6 Justiça do Trabalho	14.555,69	15.345,29	789,60	5,4%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.942,49	2.098,30	155,82	8,0%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	99,68	123,25	23,57	23,6%
<b>I.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>430,00</b>	<b>421,17</b>	<b>-</b>	<b>-2,1%</b>
<b>I.5 Ministério Público da União</b>	<b>4.814,81</b>	<b>5.134,03</b>	<b>319,22</b>	<b>6,6%</b>
I.5.1 Ministério Público da União	4.755,92	5.067,09	311,16	6,5%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	58,88	66,95	8,06	13,7%
<b>Memorando:</b>				
<b>II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016</b>	<b>1.064.437,65</b>	<b>1.097.002,09</b>	<b>32.564,43</b>	<b>3,1%</b>
<b>II.1 Poder Executivo</b>	<b>1.018.147,61</b>	<b>1.047.817,74</b>	<b>29.670,13</b>	<b>2,9%</b>
<b>II.2 Poder Legislativo</b>	<b>8.844,97</b>	<b>9.476,57</b>	<b>631,60</b>	<b>7,1%</b>
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.188,30	4.461,63	273,33	6,5%
II.2.2 Senado Federal	3.170,23	3.413,51	243,29	7,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.486,44	1.601,42	114,98	7,7%
<b>II.3 Poder Judiciário</b>	<b>32.200,27</b>	<b>34.152,58</b>	<b>1.952,31</b>	<b>6,1%</b>
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	470,35	537,02	66,67	14,2%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.068,47	1.130,74	62,27	5,8%
II.3.3 Justiça Federal	8.329,67	8.808,07	478,40	5,7%
II.3.4 Justiça Militar da União	387,20	415,07	27,87	7,2%
II.3.5 Justiça Eleitoral	5.347,22	5.694,84	347,63	6,5%
II.3.6 Justiça do Trabalho	14.555,20	15.345,29	790,09	5,4%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.942,48	2.098,30	155,82	8,0%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	99,68	123,25	23,57	23,6%
<b>II.4. Defensoria Pública da União</b>	<b>430,00</b>	<b>421,17</b>	<b>-</b>	<b>-2,1%</b>
<b>II.5 Ministério Público da União</b>	<b>4.814,81</b>	<b>5.134,03</b>	<b>319,22</b>	<b>6,6%</b>
II.5.1 Ministério Público da União	4.755,92	5.067,09	311,16	6,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	58,88	66,95	8,06	13,7%